

PB

PROBLEMAS BRASILEIROS

O TAMANHO DAS FAVELAS BRASILEIRAS

LEI MARIA DA PENHA, 20 ANOS DEPOIS

ENTREVISTA

Renato Lima

"Entre 5% e 10% da economia brasileira
está capturada pela lógica do crime."

MEMÓRIA

Copa do Mundo

Livro ilustrado à mão registra mundial
de 1950, da euforia à decepção

NUNCA PARAR

LONGEVIDADE
CRESCENTE ESTICA A
VIDA PROFISSIONAL
DE IDOSOS, MAS
RARAMENTE POR OPÇÃO





TREINAMENTOS CUSTOMIZADOS
PARA EMPRESAS

**Saber mais.
Fazer melhor.
Competir
com vantagem.**

Desenvolva sua equipe
e impulsione os resultados
de forma estratégica.



Docentes

Aprenda com quem é especialista.

Gestão

Pilote seu projeto com a gente.

Infraestrutura

Acesse recursos de ponta.

+ de 1.500 cursos

Explore o melhor para sua necessidade.

Cursos presenciais e a distância.

QUER
FAZER?
SENAC!



[sp.senac.br/
corporativo](https://sp.senac.br/corporativo)

Atendimento
Corporativo



FECOMERCIO^{SP}

PRESIDENTE Ivo Dall'Acqua Junior

VICE-PRESIDENTE Rubens Medrano

SUPERINTENDENTE Antonio Carlos Borges

PB

revistapb.com.br

GESTOR DE COMUNICAÇÃO Lucas Mota MTB 46.597/SP

EDITORA Dimalice Nunes

REVISÃO Flávia Marques

DIRETORA DE ARTE Carolina Lusser

EDITORES DE ARTE Paula Seco,
Joélson Buggilla e Alberto Lins

DESIGNERS Annima de Mattos, Débora Faria,
Jônia Caon e Priscila Gonzaga

PROJETO GRÁFICO Paula Seco

CAPA Joélson Buggilla

COLABORAM NESTA EDIÇÃO Agência BORI, Antonio
Lanzana, Caco Galhardo, Caio Magri, Carol Castro,
Danilo Moliterno, Edison Veiga, Fábio Pina, Herbert
Carvalho, Luciana Alvarez, Nanci Vieira, Pâmela Brito,
Paulo Delgado, Victor Pereira e Vinicius Mendes

RELAÇÕES INSTITUCIONAIS Maria Izabel Collor de Mello

CONSULTORIA DE CONTEÚDO André Rocha

REDES SOCIAIS

CONTEÚDO Giovanna Costanti

DESIGN Lilian Doring

TRÁFEGO João Roz

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade
de seus autores e não refletem a opinião da PB.
A publicação tem como objetivo privilegiar a pluralidade
de ideias acerca de assuntos relevantes da atualidade.

FALE COM A GENTE
publicacoes@fecomercio.com.br

IMPRESSÃO Eskenazi



PB | #493

A idade avança e o trabalho continua. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), um em cada quatro idosos estava ocupado em 2024. São, sobretudo, questões econômicas que os levam a adiar a aposentadoria — o valor médio dos benefícios é de R\$ 1.847. Com a longevidade crescente, os idosos brasileiros estão mais ativos e visíveis, exigindo planos para o futuro.



Quer ficar por dentro
das nossas novidades?

Assine a nossa newsletter.
Basta apontar o seu celular
para este código QR.

 revistapb.com.br

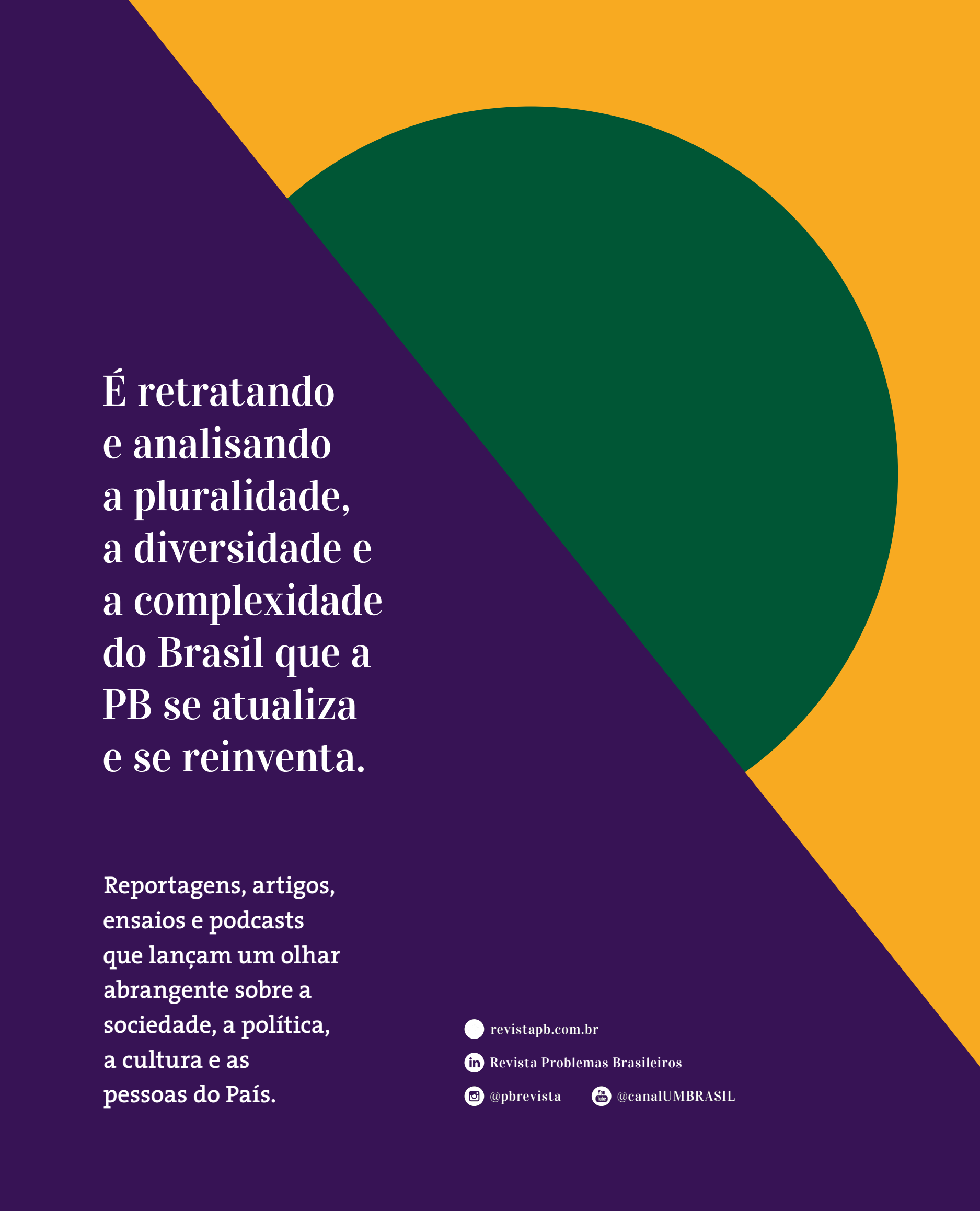
 [Revista Problemas Brasileiros](#)

 [@pbrevista](#)

 [@canalUMBRASIL](#)



OUÇA O NOSSO PODCAST! DISPONÍVEL NO SITE DA REVISTA, DEEZER, SPOTIFY E SOUNDCLOUD.



É retratando
e analisando
a pluralidade,
a diversidade e
a complexidade
do Brasil que a
PB se atualiza
e se reinventa.

Reportagens, artigos,
ensaios e podcasts
que lançam um olhar
abrangente sobre a
sociedade, a política,
a cultura e as
pessoas do País.

 revistapb.com.br

 [Revista Problemas Brasileiros](#)

 [@pbrevista](#)

 [@canalUMBRASIL](#)



8 Entrevista
RENATO LIMA: “NÃO É SÓ PUNIR MAIS. A TAXA DE IMPUNIDADE É ALTA PORQUE NÃO ESCLARECEMOS OS CRIMES”.



12 Capa
APOSENTADORIA ADIADA

18 Economia
O FUTURO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

22 Artigo
“O PESO DO PACOTE DE BONDARES”,
POR ANTONIO LANZANA

23 Artigo
“O HORIZONTE DAS EXPECTATIVAS ESTÁVEIS”, POR PAULO DELGADO

26 Notas
SITE PB E OUTROS DESTAQUES

28 Sociedade
OS 20 ANOS DA LEI MARIA DA PENHA

32 Economia
“COMIDA CARA”, POR AGÊNCIA BORI

34 Cidades
AS EXPANSÃO DAS FAVELAS BRASILEIRAS

39 Artigo
“PARA ONDE VAI A RENDA?”,
POR FABIO PINA

40 Artigo
“EMPRESAS CONTRA A
DESINFORMAÇÃO”, POR CAIO MAGRI

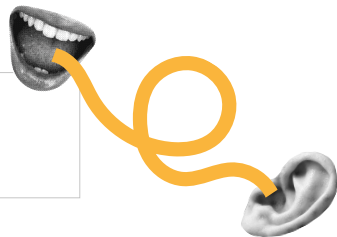
41 Artigo
“LEGITIMIDADE FRAGMENTADA”,
POR VICTOR PEREIRA

42 Copa do Mundo
MEMÓRIAS E REGISTROS DE 1950



44 História
EUA: HÁ 250 ANOS, A PRIMEIRA
INDEPENDÊNCIA DAS AMÉRICAS

46 Charge
VAGAS PARA 60+





Existir com dignidade

O Brasil vem envelhecendo rapidamente. Embora isso imponha desafios complexos, o aumento da expectativa de vida da população é resultado de avanços na medicina e no saneamento básico.

Essa transformação altera a dinâmica da sociedade e a percepção do tempo vivido. A sensação de que os dias passam mais depressa assusta as pessoas, sobretudo os idosos. O avanço da tecnologia da informação e o acúmulo de tarefas tornaram a vida mais intensa.

Viver mais, portanto, exige do País respostas à altura dessa nova realidade. Estamos preparados para envelhecer como nação? A resposta ainda é não, por razões estruturais.

Milhões de brasileiros chegam à terceira idade ainda em plena atividade de profissional. Isso não seria um problema se fosse uma escolha, mas, muitas vezes, é uma necessidade, como mostra a reportagem de capa da **PB**. Basta lembrar que sete em cada dez benefícios previdenciários pagos equivalem a apenas um salário mínimo.

O mercado começa a refletir a nova realidade demográfica. No Comércio, cresce a contratação de profissionais acima dos 50 anos — a única faixa etária com avanço proporcional nas admissões recentes, segundo levantamentos da FecomercioSP. Esse dado revela o reconhecimento do valor da experiência, da responsabilidade e da maturidade profissional.

Em uma sociedade que ainda exprime preconceitos etários, cabe-nos reverberar que envelhecer não significa tornar-se invisível. Aliás, no Sesc, ainda na década de 1960, foram criadas ações voltadas para a educação continuada, a convivência intergeracional e a participação social. Nascia, assim, o Trabalho Social com Pessoas Idosas, iniciativa dedicada à autonomia e à valorização dessas pessoas.

Ao Poder Público, fica o olhar atento à sustentabilidade da Previdência e a modelos laborais mais flexíveis. As empresas também precisarão compreender as demandas de uma força de trabalho mais madura. Porque viver mais só será uma conquista completa se as pessoas puderem envelhecer com perspectivas de existir e de viver com dignidade.



IVO DALL'ACQUA JUNIOR

é presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), entidade gestora do Sesc-SP e do Senac-SP



CRIMINALIDADE 2.0

entrevista VINÍCIUS MENDES

edição de texto DIMALICE NUNES

OS AGENTES DE SEGURANÇA PÚBLICA NA ATIVA HÁ 20 OU 30 ANOS ESTÃO TENDO DE LIDAR, NESTE MOMENTO, COM A RÁPIDA EVOLUÇÃO DO CRIME, PRINCIPALMENTE DAQUELE COMETIDO NO MUNDO DIGITAL. ESSE É UM PROBLEMA QUE DESAFIA NÃO SÓ OS PROFISSIONAIS INDIVIDUALMENTE, MAS TAMBÉM TODOS OS AGENTES DA SEGURANÇA PÚBLICA. É O QUE EXPLICA **RENATO LIMA**, DIRETOR-PRESIDENTE DO FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). "O CRIME EVOLUI MUITO MAIS RÁPIDO DO QUE A CAPACIDADE ATUAL DE ORGANIZAÇÃO PÚBLICA E DA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA", AVALIA. LIMA TAMBÉM ALERTA PARA A FORTE PRESENÇA DO CRIME NA ECONOMIA, INCLUSIVE EM ATIVIDADES LÍCITAS. UMA REDE COMPLEXA QUE EXIGE MODERNIZAÇÃO, INVESTIGAÇÃO E COOPERAÇÃO.

Quais são os efeitos econômicos do aumento da criminalidade?

Não temos uma métrica brasileira sobre o tamanho do problema; temos vários estudos e aproximações. O Fundo Monetário Internacional (FMI) mostra que mais ou menos 3% da economia latino-americana está diretamente associada ao crime. Outros estudos, que tratam da economia subterrânea, como sonegação e pirataria, mostram que, em todo o mundo, ela representa em torno de 10% do Produto Interno Bruto (PIB). Fato é que temos de 5% a 10% da economia brasileira capturada pela lógica do crime. O varejo tem que embutir no custo da operação uma série de serviços, como seguro e vigilância privada, o que faz com que boa parte do custo seja influenciado pela criminalidade.

De certa forma, a violência é um fenômeno inflacionário. Qual é a sua análise do mercado de segurança privada?

No mundo todo, a segurança privada é um setor econômico como outro qualquer. No Brasil, temos um paradoxo. O setor regulado, aquele que segue a legislação, tem perdido competitividade para um setor que é ainda pior em termos de impacto, que é o serviço paraprivado, o paraestatal. Uma pesquisa do FBSP, realizada em parceria com o Datafolha, mostra que 18% da população brasileira adulta contrata serviços de segurança privada prestados por policiais durante as folgas, o que formalmente é ilegal. Fragiliza-se o setor econômico regulado, das empresas devidamente formalizadas e fiscalizadas frente aos setores informais, muitas vezes abrindo espaços para as milícias. É uma área pouquíssimo fiscalizada, que depende de arranjos locais, gerando um ambiente que aumenta o que talvez sejam os principais problemas da agenda de segurança agora, em 2026: o medo e a insegurança. Todos os índices cri-

minais relacionados à rua, ao espaço público, estão caindo nos últimos anos. Boa notícia. Mas os crimes da esfera privada — como a violência doméstica e contra a mulher e a violência sexual — aumentaram muito. E há uma outra dimensão que também explode, que é a dos crimes virtuais, dos estelionatos. Muitas vezes, inclusive, os criminosos usam cadastros do Comércio para acesso a informações pessoais. De um lado, o medo de sair na rua; de outro, também a incerteza de que, por exemplo, se o celular for furtado, a pessoa poderá ser vítima de um golpe. Esses dois lados compõem um cenário bastante preocupante da segurança pública, porque são questões tangíveis.

O País está ficando mais violento num novo sentido ou a percepção da violência é que está aumentando?

A preocupação com o tema da violência corresponde ao tamanho do problema no Brasil. Agora, a questão não é só o crime de rua. O Estado, em todos os níveis, acostumou-se a medir a violência pelos indicadores tradicionais de décadas, que são aqueles que acontecem na rua. Só que um conjunto muito grande de violência tem sido cometida fora do espaço da rua, como o estelionato virtual, os golpes, as fraudes, a invasão de privacidade, o roubo de identidades nas redes sociais. O golpe sempre existiu, mas deixou de ser uma atividade individual para ser uma atividade empresarial do crime. Se, antes, alguém era furtado no ponto de ônibus, levavam o quê? Um bilhete único, dinheiro, eventualmente algum cartão. Hoje, vão também o celular e a vida financeira das pessoas, que demoram muito tempo para se reorganizarem, quando não ficam endividadas. Essa situação vai gerando uma bola de neve, e a violência passa a ser vista como um problema estrutural para a sociedade e para economia.

De que forma uma coordenação nacional poderia dar conta da questão da segurança pública?

Temos mais ou menos 800 mil profissionais da segurança trabalhando, entre policiais civis, militares e federais. Desses, 400 e poucos mil são policiais militares, porque são estes que fazem o policiamento ostensivo na rua. Então, é natural que o maior investimento esteja nas polícias militares. Mas ao percebermos que a dinâmica do crime mudou, nos damos conta de que é preciso investir em investigação criminal. Um exemplo: em São Paulo, existe o Departamento Estadual de Investigações Criminais (Deic), com cerca de mil policiais, mas somente cem estão lotados na divisão de crimes cibernéticos. Lembrando que o Brasil teve 800 mil roubos em 2024 (o número de 2025 ainda não foi computado) e 2,2 milhões de estelionatos, quase todos no mundo virtual. O crime mudou, mas a organização das polícias continua a mesma. Por isso que devemos criar mecanismos de cooperação e articulação. Antes, o patrulhamento da rua era suficiente. Agora, a rua não pode ficar sem proteção, mas é preciso também investigar o furto do celular naquela rua que, muitas vezes, será usado num golpe na esquina seguinte ou em outro Estado. Para isso, a ferramenta importante é a investigação, competência das polícias civis nos Estados e da Polícia Federal. Nossa crítica é que é preciso repensar as formas de trabalho para que, eventualmente, haja cooperação entre as polícias. Há, historicamente, dificuldade para as polícias conversarem entre si, até pelo déficit de pessoal nas polícias civis. E as mesmas pessoas que estão há 30 anos na atividade têm de lidar com aquele crime ao qual estavam acostumadas, na esquina, e também com um com alto grau de sofisticação — por exemplo, um cibercrime que envolva criptoativos. É quase impossível um mesmo profissional aprender tudo ao mesmo tempo. Claro, uma pessoa pode ter essa competência, mas estou falando das instituições, das corporações. É aí que se percebe que o crime evolui muito mais rápido do que a capacidade atual de organização pública e da legislação brasileira. Não é só uma questão de punir mais — isso precisa ser discutido e, em alguns casos, é verdade. Mas trata-se de fazer com que as pessoas sejam identificadas. A taxa de impunidade é alta porque não esclarecemos os crimes.



É NATURAL QUE O MAIOR
INVESTIMENTO ESTEJA NAS
POLÍCIAS MILITARES. MAS AO
PERCEBERMOS QUE A DINÂMICA
DO CRIME MUDOU, NOS DAMOS
CONTA DE QUE É PRECISO INVESTIR
EM INVESTIGAÇÃO CRIMINAL.

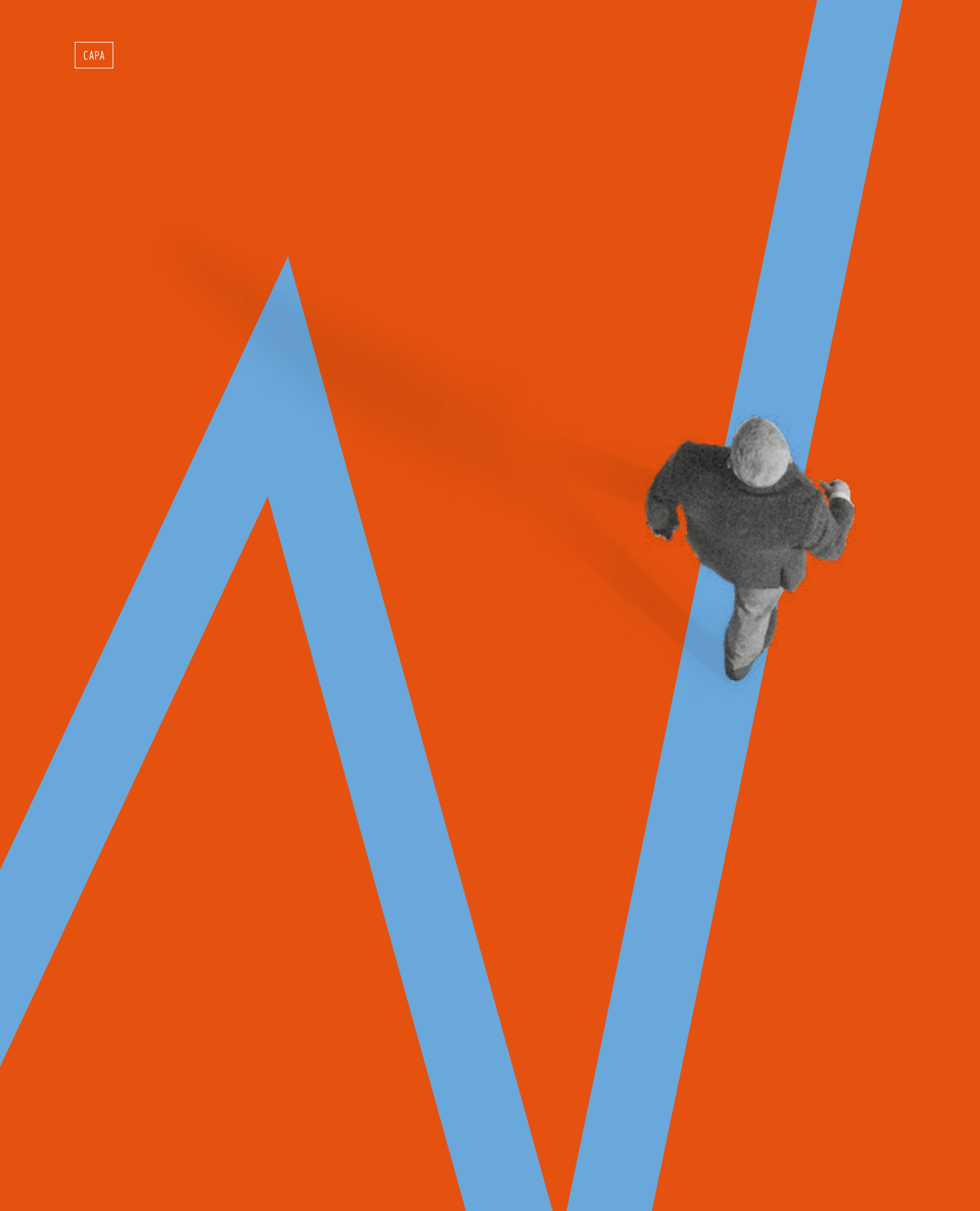


Como os crimes virtuais afetam o Comércio,
que também está preocupado com a
vigilância, em como não ser assaltado?

O principal desafio é que a economia passa a ser capturada e contaminada pela lógica da economia do crime. A economia formal vai perdendo competitividade e precisa ser blindada. O crime organizado tem se modernizado. Antes, o golpe vinha de presidiários; hoje, há centrais digitais e nem sempre é possível dar conta dessa inovação do mal. É preciso pensar em mecanismos de prevenção e salvaguardas para que a economia formal não seja capturada pela economia do crime. E isso se faz com regulação. Mas falar de regulação é sempre complexo, porque há um equilíbrio entre o exagero e a necessidade. Nesses casos, é fundamental dizer que setores — como *bets*, *fintechs*, *criptoativos*, comércio de combustíveis e vários outros que estão sendo usados pelo crime organizado — não podem deixar de ser mais bem regulados e fiscalizados pelos órgãos competentes, como o Banco Central (BC), o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Porque, no fim do dia, quem paga a conta é o empresário e o consumidor, que vão querer consumir e nem sempre vão poder comprar um produto que não seja objeto da atividade criminosa. O empresário não tem sossego e sempre precisará, o tempo todo, correr atrás da inovação da tecnologia. Além disso, estar na fronteira da adoção da nova tecnologia custa muito caro. Não por acaso, as economias mais dinâmicas são aquelas que inovam tecnologicamente e se mostram capazes de competir minimamente com a economia ilícita — que sempre vai existir, a questão é ter capacidade de reagir ou não. O risco brasileiro, no momento, principalmente nas grandes cidades, é exatamente perder a capacidade de reação. Quando entregamos os pontos, já fracassamos. A economia brasileira vai perder competitividade, e sem fazer a economia girar, surgirão os problemas de emprego e renda, e assim por diante.

ASSISTA À ENTREVISTA
NA ÍNTEGRA POR MEIO
DESTE CÓDIGO QR:





NUNCA PARAR

A idade avança e o trabalho continua. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), um em cada quatro idosos estava ocupado em 2024. São, sobretudo, questões econômicas que os levam a adiar a aposentadoria – o valor médio dos benefícios é de R\$ 1.847. Com a longevidade crescente, eles estão mais ativos e visíveis, além de exigirem planos para o futuro.

texto LUCIANA ALVAREZ



Chegar à terceira idade deixou de ser sinônimo de aposentadoria. Ao menos para 25% dos idosos brasileiros, que continuam em atividades remuneradas, segundo o IBGE. Às vezes, essa atividade é escolha, mas, na maioria dos casos, manter-se empregado é falta de opção — seja por causa do baixo valor da aposentadoria, seja pela inexistência dela. A velhice, momento da vida que deveria ser de estabilidade, transformou-se numa fase de vulnerabilidade.

Sem contar com a previdência oficial ou qualquer outro tipo de benefício, Vilma Camargo chegou aos 70 anos ainda trabalhando como faxineira diarista de segunda a sexta-feira. “Trabalhei a vida toda, mas com carteira assinada foram só uns três anos, porque ganhava muito mais com as faxinas. E nunca sobrou dinheiro para contribuir para o INSS. Agora, não tenho mais direito”, lamenta.

Vilma conta que, apesar do trabalho pesado, está com as mesmas famílias há muitos anos, já sabe bem como são as dinâmicas e tem a confiança das pessoas. “Se fosse pegar uma casa nova agora, talvez fosse mesmo difícil”, avalia. Sem qualquer tipo de previdência, conta com a boa vontade dos patrões em momentos difíceis. “Se fico doente, eles me pagam mesmo que eu falte”, relata.

A realidade de não poder parar de trabalhar também atinge profissionais especializados e que conseguem se aposentar oficialmente. A psicóloga Sandra Santi, de 67 anos, aposentou-se pelo Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) há dois anos, mas continua trabalhando como sempre. “Gosto muito do que faço, tenho prazer, mas trabalho também porque preciso do dinheiro. Só com a aposentadoria não conseguiria me sustentar”, constata. A psicóloga até gostaria de ter a agenda mais cheia, mas acredita que não seja a idade que interfira na falta de pacientes. “No que faço, a experiência costuma ser vista como ponto positivo. Mas estamos num momento em que as pessoas estão sem dinheiro e acabam cortando o que consideram não ser essencial”, avalia.

Situações como as de Vilma e Sandra, que chegaram à terceira idade sem conseguir parar de trabalhar, tornam-se cada vez mais frequentes, uma vez que os benefícios são baixos e não chegam a todos. Com a população envelhecendo (e rápido), casos assim ganham um volume maior a cada ano. Entre 2012 e 2024, a participação de pessoas com 60 anos ou mais na composição da População em Idade Ativa (PIA) passou de 15% para 20%, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua).

NOVA PIRÂMIDE

Dizer que uma população está envelhecendo é uma constatação de proporcionalidade: significa que a quantidade de idosos para cada jovem está aumentando. “É uma mudança na pirâmide etária, que acontece, principalmente, por causa da diminuição da fecundidade e da mortalidade. Menos pessoas estão nascendo e a população está vivendo mais anos”, explica Marcio Minamiguchi, demógrafo do IBGE.

Sob muitos aspectos, uma população mais envelhecida é sinal de desenvolvimento. “Décadas atrás, as pessoas morriam cedo por problemas como falta de saneamento básico ou fome. Num país onde grandes populações dependiam da agricultura de subsistência, com uma produção que facilmente era prejudicada por questões climáticas, não era tão certo que as pessoas chegassem a ser idosas”, lembra Minamiguchi. O Brasil não é mais assim.

A urbanização e a mecanização do campo trouxeram mais segurança alimentar e acesso à saúde, levando os brasileiros a viverem mais. E esses fatores também promoveram transformações nos modos de vida, influenciando no número de nascimentos. “No ambiente urbano, aumentou a escolaridade e as famílias grandes são menos vantajosas. O acesso a creches e os gastos com as crianças entraram na conta das famílias na hora de decidir ter filhos”, afirma o demógrafo.

Nos anos 1980, nasciam 4 milhões de crianças por ano — agora, são 2,5 milhões. Embora o caminho do envelhecimento seja algo dado há muito tempo, o ritmo foi mais veloz do que o previsto pelos demógrafos. O contexto socioeconômico explica a queda nos números de bebês brasileiros. “Na época do Censo de 2010, havia um otimismo em relação ao País, a situação do emprego era melhor, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro logo superaria o do Reino Unido com o real valorizado. Era a época do pré-sal, de receber a Copa do Mundo, das empregadas viajando para a Disney”, lembra Minamiguchi.

Pouco mais de uma década depois, no Censo de 2022, a sociedade brasileira perdeu o otimismo. Além da queda da fecundidade, a imigração levou embora uma parcela da população jovem. “Antes, o cenário migratório era nulo. As chegadas compensavam as saídas. Hoje não é mais assim. E a migração internacional ocorre principalmente na faixa dos jovens adultos”, detalha o demógrafo.

Se na base da pirâmide o número de crianças e jovens cai, no outro extremo o crescimento se mantém. Anualmente, a quantidade de gente fazendo aniversário de 60 anos é maior do que o número de pessoas que morre com mais de 60 anos. Dessa forma, o contingente dos idosos no Brasil tem crescido cerca de 1 milhão por ano. E quem chega aos 60 tem a expectativa de viver mais 20 se for homem e mais 24 se for mulher. “Se alguém ainda tem, previsivelmente, muita vida pela frente, isso afeta as perspectivas do que fazer, do que planejar”, enfatiza Minamiguchi.

DESAFIO DA HUMANIDADE

Ainda que em alguns países o movimento tenha começado há mais tempo do que no Brasil, o envelhecimento populacional é um fenômeno geral e inédito na história da humanidade. “É a primeira vez que as sociedades humanas se deparam com algo assim, e é um fator perturbador do sistema capitalista. Como manter as dinâmicas de produção e lucro diante da questão demográfica?”, questiona Jorge Felix, professor no curso de Gerontologia na Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP) e pesquisador-bolsista na Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

O envelhecimento populacional, aliado à informalidade no mercado de trabalho, tem produzido déficits recorrentes nas contas do INSS, pois o montante do que os trabalhadores na ativa recolhem não é suficiente para pagar os benefícios de aposentados e pensionistas. Em 2025, o rombo foi de R\$ 320 bilhões, o que representa 2,5% do PIB. Se o panorama permanecer, economistas projetam que, em 2100, o déficit chegará a 11,6% do PIB, ou R\$ 30,88 trilhões.

Além de olhar para a Previdência Social, a Saúde precisa de transformações, porque o novo perfil demográfico resulta num novo perfil epidemiológico. “Enfrentamos a necessidade de uma remodelação, passando de um sistema curativo para um sistema de tratamento de doenças crônicas. Mas se ainda não conseguimos sequer equacionar totalmente a primeira frente, os gastos vão ficando insustentáveis”, observa Felix.

Outro obstáculo vem da Educação. “Temos que construir programas governamentais com o foco na educação continuada. As universidades públicas já estão vendo um aumento de alunos mais velhos, mas ninguém parece estar preocupado, pensando em políticas estruturadas para esse público, como cotas por recorte etário, por exemplo”, sugere o professor. Sem medidas estruturais, quem percebe, na própria experiência a necessidade de rever competências e de atualizar-se, busca soluções no setor privado. “Muitas instituições já entenderam o cenário e estão explorando esse nicho, o que é ótimo. Mas se deixarmos apenas na mão do setor privado, só vai se reciclar quem tiver dinheiro para pagar os cursos”, pondera.

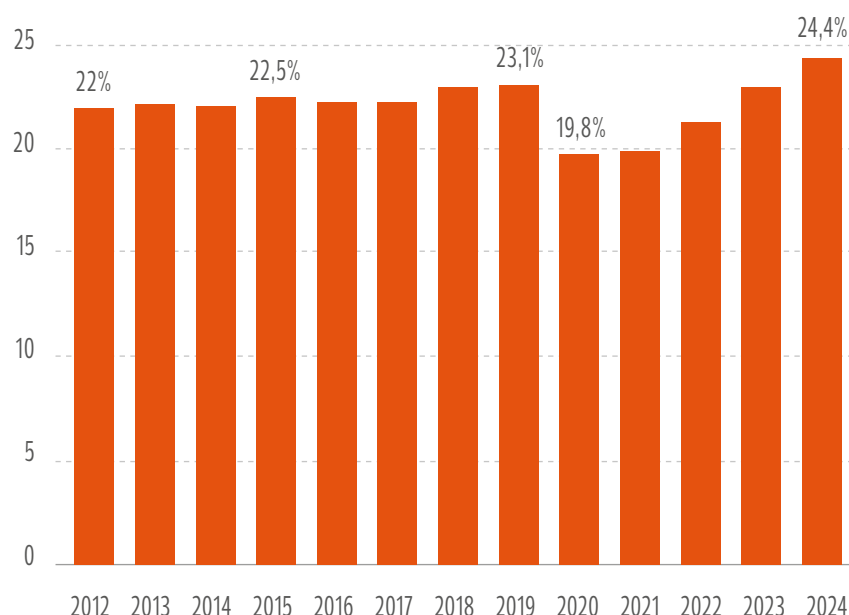
O Brasil deve avançar ainda em outra área central — a dos cuidados de longa duração, com sistemas de acompanhamento para quem já não consegue, sozinho, cuidar de si mesmo. “Vive-

“CERCA DE 70% DAS APOSENTADORIAS SÃO DE UM SALÁRIO MÍNIMO. EMBORA MUITOS DIGAM QUE CONTINUAM A TRABALHAR PORQUE NÃO QUEREM FICAR EM CASA, AS PESSOAS CONTINUAM NO MERCADO POR PURA NECESSIDADE.”

JORGE FELIX, professor na Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH-USP)

QUANTOS IDOSOS TRABALHAM NO BRASIL?

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)



mos uma crise global do cuidado, que inclui falta de mão de obra”, observa Félix. E a isso soma-se a necessidade de adaptações gerais na estrutura das cidades, nos transportes e nas ofertas de serviços e lazer.

No entanto, sem poder contar com serviços públicos, as pessoas são obrigadas a recorrer ao mercado: plano de saúde, medicamentos, educação continuada e cuidadores para quem fica debilitado. Quando falta dinheiro, os idosos acabam se endividando. “De 2020 a 2026, a população da terceira idade cresceu 13% e houve um aumento de 61,9% no número de idosos endividados. E isso apenas com a dívida formal, porque faço pesquisa sobre mulheres idosas endividadas e sei que há grande endividamento com agiotas e familiares”, assegura o professor.

PRODUZIR, PRODUZIR E PRODUZIR

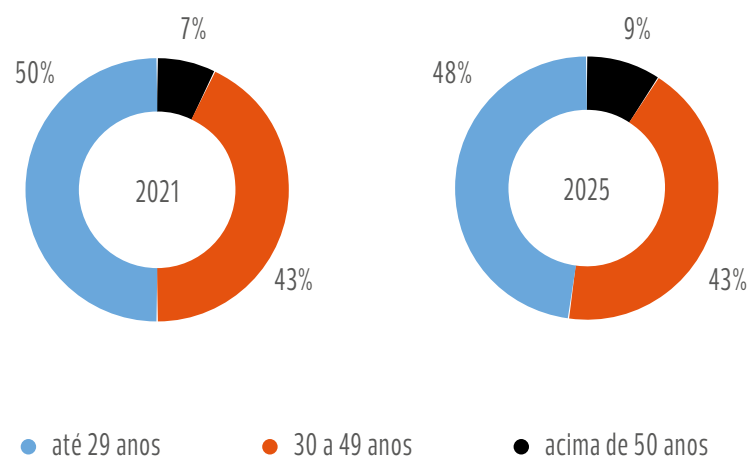
O INSS paga mensalmente, conforme dados de dezembro de 2024, 40,7 milhões de benefícios previdenciários e assistenciais. Do total, 28,5 milhões são de até um salário mínimo (R\$ 1.621), o equivalente a 70% de todos os benefícios. “Embora muitos digam que continuam a trabalhar porque não querem ficar em casa, as pessoas se mantêm no mercado por pura necessidade”, afirma Félix.

Nesse cenário, o aposentado José Carlos Lucentini, de 72 anos, é uma rara exceção. Ele escolhe todos os dias que quer trabalhar. Além de dar aulas eventualmente, está escrevendo um livro e, no ano passado, abriu uma franquia de uma escola profissionalizante, a Microlins, da qual se encarrega pessoalmente da gestão. “Faço o que faço por opção, até porque, no momento, ainda estou investindo na escola. Ainda não tive retorno financeiro do negócio”, revela.

O segredo foi ter conseguido se preparar financeiramente para a fase da aposentadoria desde que era novo. “Não dá para depender só da aposentadoria oficial, porque vai acontecendo um achatamento ao longo dos anos. O que me permitiu chegar a essa idade e poder fazer o que eu quisesse foi ter construído, ao longo da vida, uma carteira de investimentos para ter uma renda passiva. Agora faço só o que gosto”, garante o aposentado, que fez carreira como executivo em corporações de alimentação.

A mudança no perfil da população ativa é uma questão do presente, já sentida por quem quer contratar. Em 2025, o Varejo e os Serviços paulistas preencheram, como nunca, suas vagas formais com profissionais acima dos 50 anos. Passaram de 7% para 9% dos contratados em apenas quatro anos, de acordo com levantamento da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP). No setor de Serviços, a porcentagem chega a 10%. Embora ainda sejam proporcionalmente poucos, foi a única faixa etária com crescimento. “Temos realizado um acompanhamento do perfil das contratações no Comércio e identificamos, nos dados mais recentes, um crescimento expressivo de trabalhadores 50+, o que chamou a atenção e procuramos aprofundar a análise”, des-

EVOLUÇÃO DA CONTRATAÇÃO POR FAIXA ETÁRIA



Fonte: Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP)

taca Bruno de Souza, assessor econômico da FecomercioSP. Os jovens de até 29 anos, que eram 50% dos contratados em 2021, responderam por 48% das novas admissões no ano passado.

A pesquisa da Federação constatou, ainda, um crescimento na proporção de mulheres de todas as idades. Das 5,88 milhões de admissões registradas no ano passado, 3,15 milhões foram de mulheres e 2,73 milhões, de homens, isto é, 54% de mulheres e 46% de homens. A participação delas cresceu 3 pontos percentuais (p.p.) em relação a 2021. Essa presença é maior no Varejo, com 55% das contratações.

Segundo Souza, esse aumento mostra que o preconceito contra os trabalhadores mais velhos está diminuindo. “Os jovens buscam, hoje, resultados mais imediatos. Muitos preferem o trabalho via plataformas do que o mercado formal para obter rendimentos com flexibilidade de horário. Num mercado aquecido, frente à dificuldade de contratação de mão de obra, as pessoas mais experientes ganham oportunidades. As empresas acabam percebendo que o profissional com experiência acumulada pode agregar bastante”, indica.

Oferecer um ambiente saudável e investir na capacitação são caminhos para conquistar e manter uma força de trabalho com perfil mais velho. “Se o Brasil deseja crescer de forma sustentável, precisa ter ganhos de produtividade. Para os empresários, isso vai acontecer se oferecerem formação e investirem em ambientes acolhedores, processos flexíveis e benefícios que ultrapassem os salários, como bônus para quem não falta e não se atrasa”, cita o assessor da FecomercioSP.

**SE VOCÊ TEM, PREVISIVELMENTE, MUITA VIDA
PELA FRENTE, ISSO AFETA AS PERSPECTIVAS.
A PARTICIPAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO
AUMENTA. SÃO MUDANÇAS CULTURAIS.**

MARCIO MINAMIGUCHI, demógrafo do Instituto
Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)



cioSP, destacando que a pontualidade costuma ser mais comum entre os trabalhadores mais velhos do que entre os jovens.

Para reforçar as contratações dos 50+, a FecomercioSP e o Sindilojas Campinas estruturaram uma proposta de lei que prevê a redução temporária de 50% dos encargos patronais de INSS e FGTS para novas admissões desse público. Essa proposta tem como fundamento uma redução de custos para quem contrata, sem criar novas obrigações ou dispositivos acessórios na legislação, tampouco provocar insegurança jurídica ou afetar direitos trabalhistas. O texto foi protocolado pelo senador Laercio Oliveira (PP/SE) como o PL 1.655/2026, e, agora, a FecomercioSP atua no Senado para acelerar a tramitação do projeto.

VOCÊ TRABALHA COM O QUÊ?

Entre 2012 e 2024, 3,7 milhões de pessoas com 60 anos ou mais ingressaram na força de trabalho, segundo a Pnad Contínua. Desse total, em torno de 3,5 milhões estavam empregadas, o que representa 95,6%. Apenas 4,4% ainda buscavam uma ocupação, o que indica que, na maioria dos casos, os idosos tendem a acessar o mercado já com alguma oportunidade definida ou com mais direcionamento à inserção laboral.

Janaína Feijó, pesquisadora no Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV-Ibre), argumenta, porém, que conseguir trabalho não implica deixar a vulnerabilidade econômica. Os idosos com mais qualificação até conseguem empregos formais, mas os de menor escolaridade tendem a se manter na informalidade e mais suscetíveis às flutuações econômicas. “Quase 70% das pessoas com 60 anos ou mais não têm o ensino médio completo. Qual é o tipo de trabalho que conseguem no mundo atual?”, questiona.

Como a oferta de ensino básico foi sendo ampliada, as atuais gerações devem chegar à terceira idade com uma formação melhor. Deve-se pensar no que fazer hoje, mas também considerar que o próprio perfil dos idosos vai se transformar. “É um desafio complexo, que exige medidas diferenciadas de longo, médio e curto prazos. Para ontem, temos que melhorar a qualidade dessa mão de obra. No longo prazo, decidir como resolver a questão da Previdência Social, como oferecer os serviços que esse grupo necessita”, salienta Janaína.

Para quem emprega, vale a pena conhecer as necessidades e os desejos específicos dos mais velhos. “O comum é quererem complementar renda, então, preferem ter flexibilidade. Em geral, o idoso não tem mais aquela preocupação de consolidar-se na carreira, porque está em outra fase da vida e prefere não trabalhar mais de 40 horas por semana”, analisa a pesquisadora.

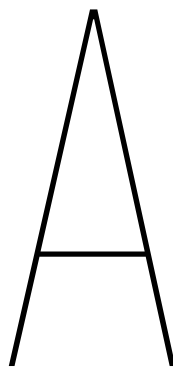
Sem respostas sociais coletivas, os idosos recorrem a soluções individuais. A faxineira Vilma busca alternativas para quando o corpo não aguentar mais o trabalho braçal. “Vou vender frango assado no bairro. Até já comprei a máquina”, comemora. A psicóloga Sandra pretende manter a agenda o mais cheia possível, mas com preferência para trabalhar de casa. “Enquanto estiver com a cognição boa, vou trabalhar. A diferença é que, agora, tenho optado por fazer as sessões online, que me dão mais conforto. Tenho ido ao consultório só uma vez por semana”, diz. O empresário Lucentini, por sua vez, mesmo com a opção de poder parar, descarta a possibilidade. “Claro que não estou no mesmo ritmo de quando era jovem, mas não tenho planos de parar completamente. Até meu médico elogiou, disse que trabalhar me faz bem, que não preciso parar”, celebra.

&

INVESTIMENTO COMPARTILHADO

ENQUANTO OS CASOS DE SUCESSO
DE PPPS MULTIPLICAM-SE NA
INFRAESTRUTURA, UM NOVO
CAPÍTULO ABRE-SE EM ÁREAS COMO
EDUCAÇÃO, SANEAMENTO E SAÚDE.
O AVANÇO, NO ENTANTO, EXIGE
CRIATIVIDADE E RESPONSABILIDADE.





A rodovia BR-040, um corredor de 1,18 mil quilômetros que liga a capital do Rio de Janeiro (RJ) a Brasília (DF), é, por vezes, uma dor de cabeça para o setor público — leia-se governo. Há décadas, a estrada aparece entre as rodovias brasileiras com o maior número de acidentes. Nos últimos anos, porém, a enxaqueca perdeu intensidade à medida que entrou na história um parceiro privado.

Um bom exemplo está num trecho de 232 quilômetros, em Minas Gerais, entre a capital Belo Horizonte e a cidade de Juiz de Fora. A administração da rodovia, antes a cargo do governo federal, foi concedida a uma empresa privada em agosto de 2024. E, nos primeiros cem dias da concessão, o número de acidentes despencou 39%, com queda de 26% no número de vítimas fatais, de acordo com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

A EPR Via Mineira — como passou a se chamar o trecho da BR-040 após a concessão — passa longe de ser o único caso em que a Parceria Público-Privada (PPP) significou mais segurança. Um estudo da Fundação Dom Cabral (FDC), que usa dados da Polícia Rodoviária Federal (PRF) para toda a malha brasileira, mostra que as rodovias públicas são três vezes mais perigosas do que aquelas sob administração privada.

A explicação apontada pelo setor é a capacidade financeira das empresas para realizar a manutenção da pista, evitando buracos e problemas de sinalização, além do investimento em duplicações, vias marginais e outras intervenções que tornam as viagens mais seguras. Para se ter uma ideia, 66% das vias concedidas no Brasil estão em estado bom ou ótimo, contra 35% das públicas, segundo a Confederação Nacional do Transporte (CNT).

PÉ NA ESTRADA

O segmento rodoviário, por sinal, é o que mais atraiu investimentos por meio de PPPs nos últimos anos, segundo um levantamento exclusivo elaborado pela consultoria Radar PPP a pedido da Revista **Problemas Brasileiros (PB)**. Foram contratados mais de R\$ 491 bilhões em melhorias na malha viária brasileira entre 2014 e 2025. Parcela significativa desse montante foi firmada durante o governo atual, sob responsabilidade do Ministério dos Transportes.

Segundo George Santoro, secretário-executivo da pasta, o resultado é prova de que o modelo de concessões encaixou-se no setor e vive um momento pujante. “Esse resultado mostra o setor de rodovias como o que mais cresceu na contratação de concessões e PPPs”, ressalta. “Só de 2023 a 2025, foram mais de R\$ 200 bilhões. É um período de melhoria da modelagem e da segurança jurídica”, completa.

Depois do rodoviário, os segmentos que mais contrataram investimentos por meio de PPPs foram os de saneamento, com R\$ 103 bilhões, e o de mobilidade — que inclui ferrovias, metrô e Veículos Leves sobre Trilhos (VLTs) —, somando mais de R\$ 53 bilhões.

No entanto, quando o assunto é a quantidade de iniciativas existentes no Brasil, as atividades em destaque são outras. O segmento de unidades administrativas e serviços públicos — que engloba loterias, pátios veiculares e serviços de atendimento ao cidadão — lidera em concessões (305), enquanto o de iluminação pública (308) aparece à frente em PPPs puras.

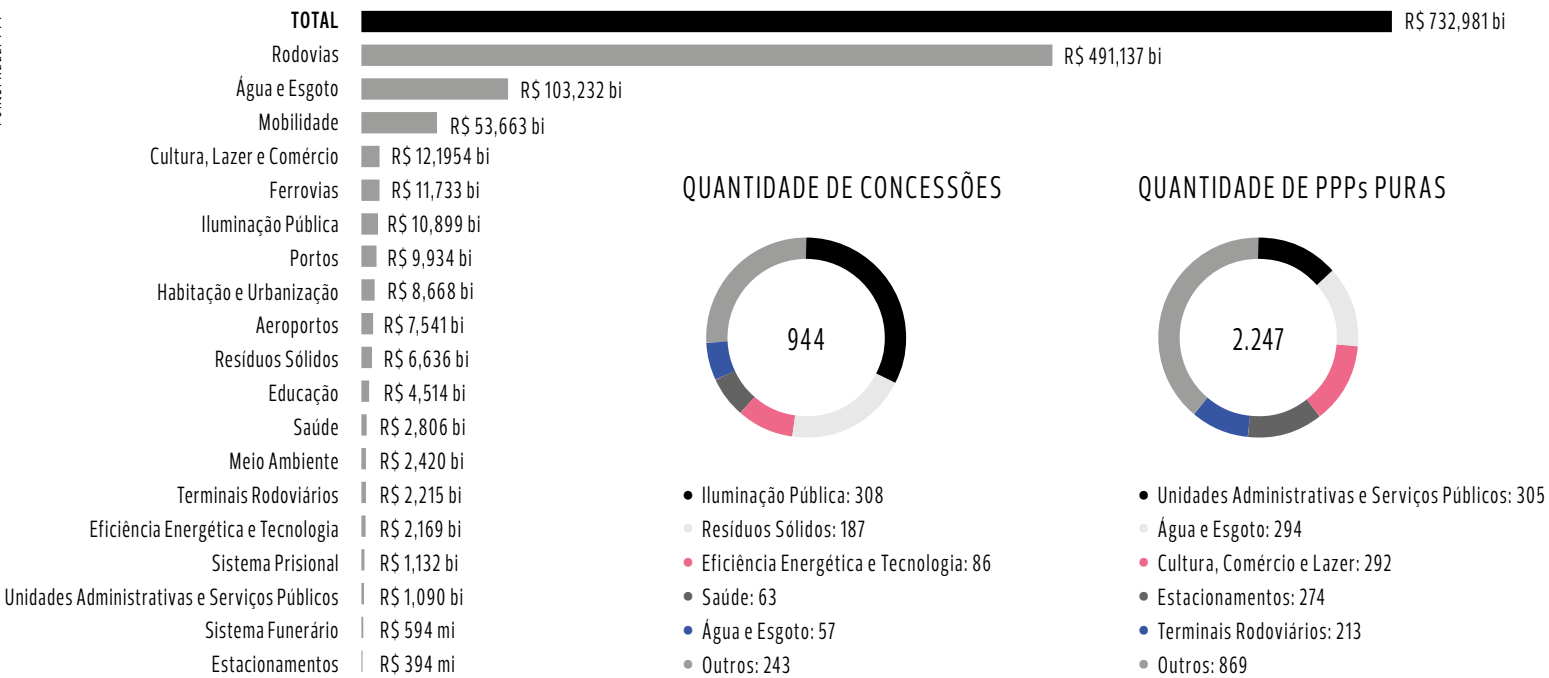
As parcerias em iluminação pública espalharam-se pelo País, principalmente depois de 2002, quando foi criada a Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública (Cosip). O tributo municipal, cobrado na conta de luz, abriu espaço para a estruturação de PPPs ao dar previsibilidade de pagamento às empresas privadas.

As PPPs no setor são associadas a melhores índices de segurança pública noturna, em especial para as mulheres, de acordo com estudos do Banco Mundial. A primeira capital brasileira a fechar um contrato em larga escala foi Belo Horizonte, que, com a parceria, expandiu a iluminação pública em LED entre 2017 e 2018. Coincidência ou não, a taxa de roubos na cidade caiu cerca de 30% em 2019.

texto **DANILO MOLITERNO**

RAIO-X DAS PPPS DE 2014 A 2025

Fonte: Radar PPP



PARCERIAS SE ESPALHAM, MAS AINDA DIVIDEM

Cada vez mais as PPPs ganham corpo Brasil afora: desde 2019, são assinados mais de cem contratos anualmente, mostra o levantamento da consultoria. Dentre os entes federativos, os municípios são os que mais aderem ao modelo, com 75% das parcerias da série histórica, seguidos por Estados (15%), União (9%) e consórcios públicos (1%).

De acordo com especialistas, um dos motivos dessa expansão é a limitação financeira dos entes federativos. O setor público muitas vezes dispõe de orçamento robusto, mas engessado por gastos previdenciários, sociais e com pessoal. Assim, acaba buscando no setor privado o dinheiro necessário para investir em infraestrutura.

Sócio da Radar PPP, Frederico Ribeiro menciona a restrição fiscal, mas afirma que “um conjunto de fatores” explica o crescimento da participação privada. Segundo o especialista, embora a limitação de recursos públicos tenha sido um gatilho, a expansão reflete a comprovação prática de que o modelo entrega resultados. “Existe uma confiança crescente por parte de governos e investidores de que o modelo pode transformar planejamento em entregas efetivas. Isso consolida as PPPs e as concessões como instrumento central da política de infraestrutura”, opina.

A expansão não se mostra, todavia, um mar de rosas. Enquanto é quase unanimidade em segmentos como o de iluminação pública, PPPs em setores mais complexos rende um profundo debate, tanto econômico quanto político. É o caso, por exemplo, das parcerias em saneamento, escolas e hospitais.

Um dos dilemas diz respeito à natureza do agente privado, que prestará o serviço apenas se significar lucro certo, como o fornecimento de água e esgoto. Uma empresa tem interesse em atuar em Niterói, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, cidade com quase meio milhão de habitantes, para pagamento de tarifas e infraestrutura de saneamento já estabelecida. Mas não tem interesse econômico em Japeri, município da Baixada Fluminense, com população inferior a 100 mil, onde é necessário construir do zero estações de tratamento, redes de tubulação e sistemas de coleta.

Nesses casos, a solução de maior sucesso até agora é a chamada regionalização, em que são formados blocos de municípios. Esse é um modelo normalmente estruturado pelo Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Assim, a empresa só pode acessar a cidade rentável se aceitar administrar as pequenas e deficitárias.

O Estado fluminense concedeu, em 2021, a prestação dos serviços de saneamento de 35 cidades. Niterói e Japeri têm,

desde então, seu saneamento administrado pela mesma empresa. Agora, a obrigação do parceiro privado é garantir, até 2033, a universalização do acesso — ou seja, que 90% da população tenha água potável e 99%, coleta e tratamento de esgoto, em ambos os municípios. A regra foi estabelecida pelo Marco do Saneamento Básico, que abriu as portas para as PPPs no segmento.

Especificamente nesse modelo, o papel do setor público não se esgota no momento da assinatura do contrato. É necessário fiscalizar e medir o desempenho da empresa, bem como puni-la, ou mesmo retirar a concessão, caso as obrigações não sejam cumpridas, defende Luciano Nakabashi, professor na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FEA-RP/USP). “É um setor mais complexo para parcerias e um serviço de efeitos significativos para a saúde da população. Um bom saneamento reduz a incidência de doenças e aumenta a produtividade do trabalhador. O resíduo, se não for descartado adequadamente, além de causar poluição, afeta a vida caso atinja um lençol freático, por exemplo”, detalha.

PPPs À FRENTE

Conforme as oportunidades de parcerias em setores clássicos tornam-se menos recorrentes, o futuro das PPPs e concessões passa por buscar modelagens que permitam avançar em segmentos não explorados. Essa é a tese de Adalberto Vasconcelos, CEO da ASV Infra Partners e ex-secretário especial do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) da Presidência da República.

A questão é a seguinte: as parcerias nos setores de rodovias e iluminação pública — pagas pelo pedágio e pela Cosip, respectivamente — ficam de pé sem necessidade de soluções mais criativas. No entanto, para avançar em segmentos nos quais os projetos demandam dinheiro do governo para atrair o parceiro privado, novas ideias precisam surgir.

O polêmico segmento de PPPs sociais, que inclui creches, escolas, hospitais e Unidades Básicas de Saúde (UBSs), seria um dos novos campos a serem explorados. Como não há uma tarifa a ser cobrada do usuário ou um tributo específico na atividade, o governo paga diretamente à empresa pela prestação do serviço.

No Estado de São Paulo, foram firmadas PPPs para 33 novas escolas. O parceiro privado fica responsável por construir o prédio e gerir serviços como limpeza, zeladoria, vigilância, portaria,

manutenção predial, merenda, entre outros. E o governo faz um pagamento mensal à empresa. Entretanto, existe uma intensa discussão político-ideológica sobre esse tipo de projeto. Críticos das PPPs no setor indicam que, mesmo sem a concessão dos serviços pedagógicos, as parcerias abrem espaço para empresas interferirem no ensino público. Nakabashi considera que esse debate precisa ser amadurecido, em paralelo às discussões sobre como essas parcerias devem funcionar na prática.

Por isso, o futuro das PPPs passa pela busca por novos modelos e oportunidades, mas também por garantir que os contratos já firmados funcionem adequadamente e levem à população o que prometem, aponta Ribeiro, da Radar PPP. “O crescimento acelerado da carteira de PPPs traz essa responsabilidade, compartilhada entre setor público e setor privado”, pontua. Por isso, a boa execução da parceria passa, necessariamente, por investir na formação de quadros técnicos, no fortalecimento institucional e na disseminação de boas práticas de gestão contratual, finaliza o especialista.

“O SETOR DE RODOVIAS É O QUE MAIS CRESCER NA CONTRATAÇÃO DE CONCESSÕES E PPPS. SÓ DE 2023 A 2025, FORAM MAIS DE R\$ 200 BILHÕES. E É UM PERÍODO DE MELHORIA DA MODELAGEM E DA SEGURANÇA JURÍDICA.”

GEORGE SANTORO, secretário-executivo do Ministério dos Transportes



O QUE É PPP?

A Parceria Público-Privada (PPP) é, basicamente, um contrato entre um governo e uma empresa, que fica responsável por prestar um serviço. Nas PPPs puras, o governo faz um pagamento direto à empresa. Na modalidade de concessões, o ente privado pode ser remunerado pelo usuário. Nas concessões rodoviárias, por exemplo, o cidadão paga as empresas por meio do pedágio.

&

O PESO DO 'PACOTE DE BONDADES'

Enquanto não começam a vigorar as regras de conduta do período eleitoral, o governo federal vem anunciando uma série de medidas eleitoreiras com o objetivo de aumentar a popularidade. Além da redução da jornada 6x1, da reforma do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas (IRPF) — com isenção para rendimentos de até R\$ 5 mil — e da eliminação da “taxa das blusinhas”, pode-se destacar um conjunto enorme de outros anúncios, tanto no âmbito dos gastos públicos como no da ampliação do crédito. No primeiro caso, tem-se pagamento de precatórios em março no valor de R\$ 70 bilhões, antecipação do décimo terceiro salário de aposentados e pensionistas e subsídios para famílias de baixa renda, como os programas Luz do Povo e Gás do Povo.

Na área de crédito, os segmentos beneficiados são vários: motoristas de aplicativos e taxistas; consignado para trabalhadores do setor privado; programa de renegociação de dívidas (Desenrola 2.0); crédito subsidiado para empresas (Brasil Soberano); renovação das frotas de caminhões, ônibus e máquinas agrícolas; novo crédito imobiliário, que oferece recursos para reformas residenciais (Reforma Casa Brasil); e ampliação do programa Minha Casa Minha Vida (MCMV). Ainda estão no radar duas novas iniciativas — a segunda fase do Desenrola 2.0, desta vez voltada para correntistas adimplentes, e um novo estímulo à construção civil industrializada, com o

objetivo de acelerar a entrega de moradias do MCMV, a custos e prazos reduzidos.

O montante dessas iniciativas deve superar a casa dos R\$ 200 bilhões. As consequências sobre a economia serão inevitáveis. A ampliação da demanda deve levar a uma revisão para cima das projeções de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2026, atualmente em 1,89%, segundo o relatório Focus, do Banco Central (BC). Considerando, no entanto, que a capacidade de resposta da produção é limitada pelo reduzido nível de investimentos, as pressões inflacionárias serão crescentes. Esse contexto agrava-se por causa do quadro externo, com a manutenção do preço do petróleo em níveis elevados e demais efeitos sobre o Agronegócio. O mercado já vem revisando as projeções de inflação para 2026 (no início do ano, estavam em 3,7%) e a variação do IPCA deste ano pode chegar perto dos 6%, distanciando-se significativamente da meta (centro de 3% e teto de 4,5%).

Diante disso, o BC vê-se “obrigado” a encerrar o ciclo de redução da taxa Selic, que pode encerrar 2026 com 14%, contra uma expectativa criada no início do ano de 12%. A manutenção de juros mais elevados vai continuar agravando a situação financeira das empresas, com possíveis novos recordes de pedidos de recuperação judicial.

É interessante chamar a atenção de que o governo vai cumprir as metas de superávit primário em 2026, que deve ficar em 0,25% do PIB, porque exclui algumas despesas do cálculo e usa medidas para fiscais para financiar as decisões anunciadas. Indicadores mais relevantes da situação das contas públicas, porém, mostram um cenário muito preocupante. É o caso do elevado déficit nominal, que inclui o pagamento de juros, atingindo 9,4% do PIB em março, além de forte deterioração da relação entre dívida e PIB, que deve encerrar o ano em torno de 82% a 83%, contra 71,7%, no início do atual governo. É um quadro insustentável, mas nada muda até as eleições. As esperanças ficam para 2027.

&

ANTONIO
LANZANA,
*presidente do
Conselho Superior
de Economia,
Sociologia e Política
da FecomercioSP
e professor na
Universidade de
São Paulo (USP) e
na Fundação Dom
Cabral (FDC)*

O horizonte das expectativas estáveis

Em um mês em que leis foram votadas em velocidade de ano eleitoral, em que a política não discute a patologia econômica crônica que vive o Brasil e o eleitor continua a valorizar somente suas pequenas vantagens imediatas, sumiu do horizonte a análise de risco de decisões apressadas e a virtude das expectativas estáveis.

O que mais interessa ao parlamento e ao governo é o cronograma das decisões e a tramitação rápida e emotiva, e não a necessidade, a racionalidade, a qualidade ou o conteúdo. Os meios de comunicação embarcaram na canoa-gem oficial, entorpecendo o País com a cobertura esportiva da má fase da nossa seleção de juizes, enquanto o deboche fiscal e financeiro faz o que quer com a vida quebrada do contribuinte, aumentando sua prisão por dívidas com empréstimos debitados na folha do seu futuro.

Os setores produtivos — comercial, industrial e agrícola —, em lojas, fábricas e empresas, suportam a tempestade normativa da Justiça do Trabalho, que, agora, se tornou também autoridade psiquiátrica. Deficiente em dar e excessivo em tomar, o Estado brasileiro começou a distribuir diagnóstico de sofrimento psíquico no ambiente de trabalho. Apostando na psicologização e na “psiquiatrização” de tudo na vida, para melhor aumentar seu poder regulatório, faz de toda dificuldade um direito. O déficit bilionário do setor público não importa; a inadimplência crescente do cidadão não importa; a violência não importa; a boa gestão pública não importa.

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma miragem estatística que destrói princípios e pode ser considerado um vício de apressados. Os muito ricos andam tão ricos, os pobres tão usados e a amplitude das desigualdades por

instrução, raça, regiões geográficas e classes sociais são tão díspares e profundas, que produzem enorme disparate. Estranha média aritmética produz falso IDH.

Dois fatos externos revelam a dificuldade do Brasil de enfrentar problemas estruturais e tornam mais difícil entender as questões mais relevantes do mundo moderno. Um vem dos Estados Unidos, com a decisão de classificar as organizações criminosas brasileiras como terroristas. De fato, estas tornaram-se tão fortes e influentes que se transnacionalizaram como as velhas máfias, os cartéis e os grupos políticos fanáticos. Preso a uma obsoleta noção do que é um terrorista, cuja lógica é a própria razão e o próprio interesse, o Brasil não tem reflexão superior sobre o sentido humano de um ato de terror que, vindo de onde venha, tenha a motivação que tenha, produz a destruição da razão, elimina pessoas e não se enquadra em nenhum conceito de Estado democrático de direito. Ultrapassando o círculo de suas vítimas, em qualquer de suas variedades, o terrorismo moderno não é mais político. É extraterritorial e visa à separação dos poderes legítimos do Estado e do governo. Desconhecer sua atual definição e seu alcance marginal e criminoso é uma limitação espiritual de burocratas dicionarizados.

Da Inglaterra vem um exemplo de como o Brasil caminha na direção contrária à do aperfeiçoamento de sua história. Sem despertar interesse entre nós, escancara um sistema político e judicial cada vez mais hereditário de cargos públicos cativos da elite do Estado e de seus familiares, no qual entra melhor e mais rápido quem prova sua consanguinidade com alguma autoridade. De pouco adianta, quem tem méritos próprios, tentar entrar. Assim, poucos notaram que, no fim de abril, encerraram-se mais de mil anos do sistema hereditário na Câmara dos Lordes do Parlamento Britânico. Foi oficialmente extinto com o encerramento da sessão parlamentar. Já é hora de o Brasil parar de querer ser República sem desmontar sua mania de hereditariedade e de enfiar no Estado a família de quem está no poder.

&



PAULO DELGADO,
sociólogo, cientista político e diretor de Relações Institucionais da FecomercioSP

TRANSFORMAR INSTITUIÇÕES. INSPIRAR GERAÇÕES.

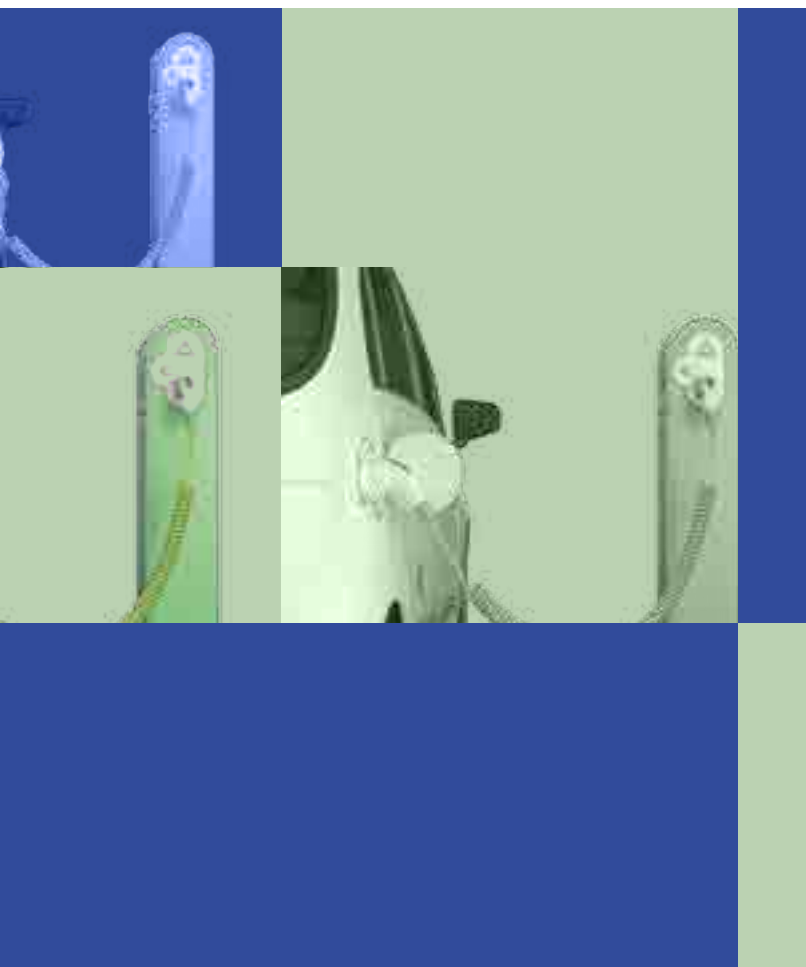


▶ Trabalho, confiança e palavra são valores inegociáveis que marcam a trajetória de Abram Szajman. Atento às pessoas, às instituições e ao Brasil, moldou as atuações da FecomercioSP, do Senac-SP e do Sesc-SP como agentes de transformação. Foi pioneiro ao introduzir, no Senac-SP, novas áreas do conhecimento, como Hotelaria, Gastronomia, Fotografia, Moda e Gestão Ambiental em uma rede que compreende, atualmente, 63 unidades, três *campi* universitários e dois hotéis-escola, beneficiando mais de 2,3 milhões de estudantes.



► Sob sua liderança, o Sesc-SP expandiu sua presença de 20 para 43 unidades, levando qualidade de vida a mais de 30 de milhões de pessoas por ano e tornando-se um modelo global em acesso a cultura, saúde, esporte, lazer e cidadania. Por meio da FecomercioSP, reposicionou a voz do setor produtivo em uma agenda de pautas fundamentais para a melhoria do ambiente de negócios. Mais do que ampliar estruturas, Szajman construiu um modelo de gestão pautado pela visão de longo prazo.

► Agora, esse legado avança com a eleição de Ivo Dall'Acqua Junior para a presidência da FecomercioSP. Uma transição sólida, que assegura a defesa da livre-iniciativa, do fortalecimento da representação sindical empresarial junto ao Poder Público e do desenvolvimento socioeconômico do País. Ivo transita entre o mundo empresarial, o Direito, a liderança sindical patronal e a cultura. Integra os quadros diretivos da Federação desde os anos 1980. Advogado, atuou na Justiça do Trabalho como juiz classista, representante dos empregadores. Diretor da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), preside a Comissão Nacional de Convenção Coletiva (CNCC) e figura como um dos principais porta-vozes do setor produtivo na Conferência Internacional do Trabalho da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em Genebra, na Suíça.



Energia elétrica no tanque

Cerca de 630 mil veículos elétricos já circulam no Brasil e as projeções apontam para 3 milhões até 2030. O carro mais vendido é um modelo elétrico. A demanda cresceu; a infraestrutura, ainda não. O País tem cerca de 21 mil pontos públicos de recarga, mas o necessário seria 65 mil agora e 370 mil em dez anos. Para alguns especialistas, o futuro pode não ser totalmente elétrico, mas híbrido. Esse poderia ser o caminho mais adequado, levando-se em conta as dimensões geográficas do Brasil e a oferta nacional de etanol. O debate ainda está em aberto.

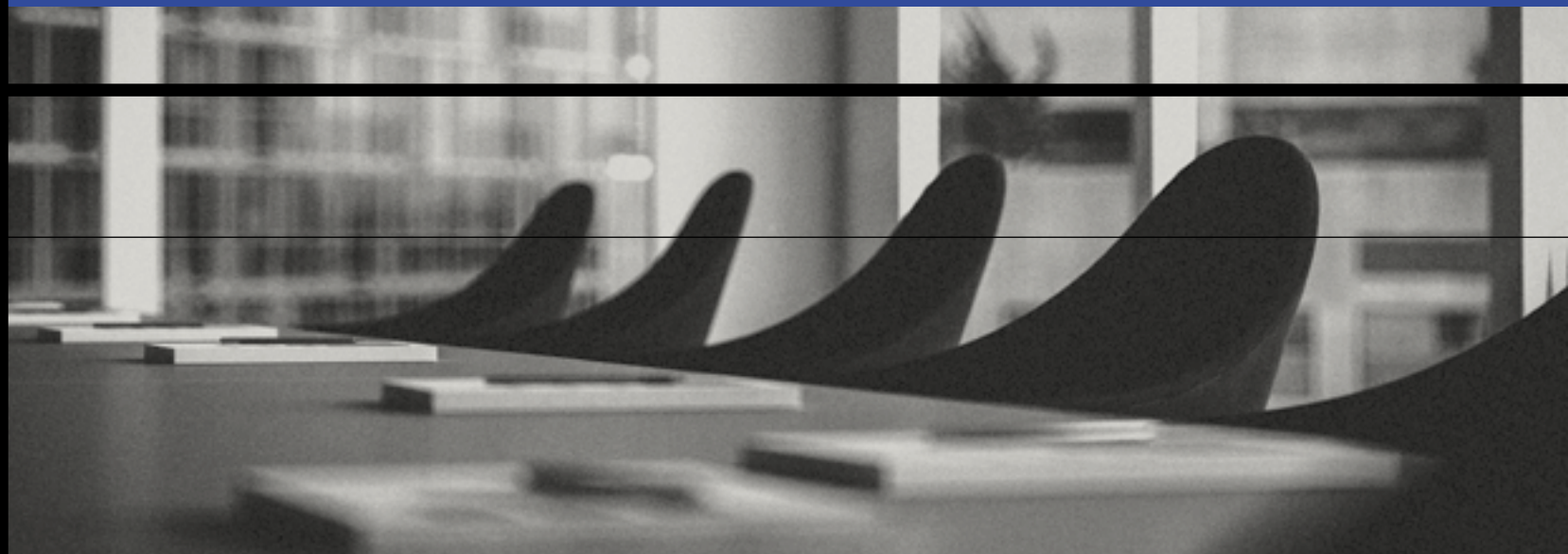


Incansável Zuzu Angel

Zuleika de Souza Netto entrou para a história não apenas como estilista de projeção internacional, mas também como uma das vozes mais firmes contra a ditadura militar brasileira. Após o sequestro, a tortura e o assassinato de seu filho, Stuart Angel, em 1971, ela transformou a moda em instrumento de denúncia, levando ao exterior relatos sobre as violações de direitos humanos no Brasil. Morta em 1976, há 50 anos, em um atentado posteriormente reconhecido pelo Estado, Zuzu tornou-se símbolo de coragem, memória e luta por verdade e justiça.

Matemática cidadã

A matemática está em tudo, das decisões financeiras do cotidiano aos algoritmos que moldam o que vemos nas redes. Mais do que uma disciplina escolar ou uma carreira profissional, trata-se de uma ferramenta essencial para entender o mundo e exercer plenamente a cidadania. Ainda assim, milhões de brasileiros saem da escola sem dominar conceitos básicos e carregam essa dificuldade por toda a vida. Ao fim do ensino médio, somente 5,2% dos estudantes têm aprendizado adequado em matemática, enquanto mais da metade está abaixo do nível básico.



NOVA GESTÃO

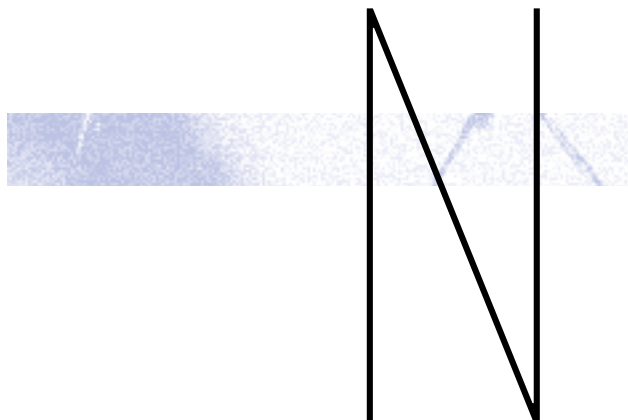
O empresário e advogado Ivo Dall'Acqua Junior tomou posse como presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP). Apoiado por Abram Szajman para sucedê-lo na condução da Federação e dos Conselhos Regionais do Sesc-SP e do Senac-SP, Ivo exerceu, nos últimos quatro anos, a função de primeiro vice-presidente da Entidade. A nova gestão tem como premissa o aprimoramento da representação empresarial. Um dos eixos dessa agenda é o Programa (I)Nova, dedicado ao fortalecimento dos Sindicatos empresariais. Com o objetivo de reforçar a interlocução do setor produtivo com o Poder Público, uma das iniciativas previstas é a inauguração de uma sede em Brasília.



MULHERES EM RISCO

HÁ 20 ANOS, A LEI MARIA DA PENHA FOI APROVADA, UM MARCO INEGÁVEL CONTRA A VIOLÊNCIA DE GÊNERO. SÃO MUITOS OS AVANÇOS LEGAIS NESSAS DUAS DÉCADAS, MAS POR QUE A VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES CRESCE TANTO?

texto CAROL CASTRO



Numa discussão acalorada, a advogada Mariana Serrano levou um tapa na cara. Foi a primeira agressão daquela noite. O namorado ainda a jogou contra uma penteadeira, derrubou um copo de vidro perto de seu pé e empurrou-a até o quarto, onde a segurou na cama. Sorrateiramente, ela ligou a câmera frontal do celular e começou a gravar as agressões sem que ele percebesse. Ele voltou a agredi-la com tapas no rosto; ela sentiu medo de ser estuprada. Mariana conseguiu se desvencilhar do agressor e correu até a sala. Tirou da mochila dele as chaves da casa e conseguiu expulsá-lo.

Foi uma amiga quem a socorreu, logo depois que o agressor foi embora. Limparam os cacos de vidro do chão e foram para a delegacia. Lá, ela seria agredida outras vezes, mas de formas diferentes. E pelos próprios policiais.

Aquela hora, não encontrou nenhuma Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher aberta — era madrugada e, dez anos atrás, a lei ainda não determinava que essas unidades funcionassem 24 horas. O primeiro escrevente viu o vídeo e questionou: “Com essa voz fina... Ele não é ‘viado’?”. Depois, perguntou se o conteúdo não era sexual. “Você não gosta de apanhar? Tem mulher que gosta de ser enforcada...”

Mariana saiu de lá com a raiva presa no peito. Na segunda delegacia, o delegado questionou a veracidade dos fatos. Precisava, segundo ele, ouvir o depoimento do namorado para “saber os dois lados da história”. “Tá, mas você está me mostrando um pedaço do que aconteceu. E o antes? O que você fez?”, perguntou o delegado. Dessa vez, ela esbravejou e cobrou seus direitos.

“Nesse ponto, eu já estava gritando com o delegado. Falei que só queria o boletim de ocorrência, que não estava pedindo nada demais. Ele não iria julgar o caso, não caberia a ele. O escrevente assumiu a frente, pegou o meu depoimento e me encaminhou para o Instituto Médico Legal (IML). Eu ouvi o combo todo”, lembra Mariana, que, naquela época, fundava, ao lado de outras mulheres, a Rede Feminista de Juristas.

Há dez anos, quando a lei Maria da Penha comemorava uma década de existência, muito ainda precisava ser ajustado — e, até então, permanecia exatamente igual ao texto sancionado em agosto de 2006 e em vigor desde setembro daquele ano. Agora, neste vigésimo aniversário (e com mais de 20 alterações), algumas coisas teriam sido diferentes para Mariana.

Ela provavelmente não seria atendida por um policial homem. Em 2017, uma lei federal determinou que o atendimento fosse realizado, preferencialmente, por policiais e peritas mulheres. Seis anos depois, outra lei determinou que as medidas protetivas fossem concedidas sumariamente com base no depoimento da vítima — ou seja, o policial não teria como argumentar que “precisava ouvir o outro lado”. Uma outra legislação, também de 2023, estipulou que todas as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMs) funcionem 24 horas. Só que a realidade não é bem assim, e a lei nem sempre é cumprida ao pé da letra. E nem sempre acompanha a complexidade da sociedade e das cidades. “A Lei Maria da Penha foi alterada com o tempo. É uma lei em transformação. Até porque não existe um código de processo da violência doméstica, por exemplo, e cada tribunal aplica um entendimento sobre o indeferimento ou não de uma medida protetiva. Em alguns casos, o juiz não aplica a lei para casais de mulheres ou para mulheres trans”, explica a advogada.

Mesmo com todas as alterações, ano após ano, o Brasil bate recordes de feminicídios. Segundo dados do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), de 2024 para 2025, houve um aumento de 4,7% nesses casos, saltando de 1.492 para 1.568 assassinatos. E os números devem aumentar em 2026. O primeiro trimestre deste ano foi o mais letal para as mulheres, com 399 vítimas em todo o Brasil, o que equivale a quatro brasileiras mortas por dia simplesmente por serem mulheres. “Isso indica que as leis, de forma isolada, não fazem milagres, principalmente porque já havia uma demanda represada de denúncias que, antes, não contavam com as classificações”, afirma Jackeline Romio, especialista em gênero da Fundação Friedrich Ebert. “Por outro lado, mostra que a desigualdade entre homens e mulheres é persistente, como as ameaças que Maria da Penha sofre durante toda uma vida”, observa.

A especialista refere-se a uma notícia recente: Maria da Penha, que ficou paraplégica após sobreviver a duas tentativas de feminicídio cometidas, em 1983, pelo então marido, voltou a sofrer ataques de seu agressor. O Ministério Público do Ceará acusa-o, junto com outros três homens, de orquestrar uma campanha de ataques virtuais contra ela, com o objetivo de desacreditar a lei que leva seu nome — e a dela própria.

POR QUE A VIOLÊNCIA AUMENTA?

A Justiça demorou quase 15 anos para condenar Marco Antônio Heredia Viveros, ex-marido de Maria da Penha, pelas agressões contra ela. E, ainda assim, ele permaneceu em liberdade por causa de jogadas de seus advogados, que entravam sucessivamente com recursos.

Essa negligência levou organizações sociais a fazerem denúncias em órgãos internacionais, em 1998. O alarde deu resultado. Em 2001, o Brasil sofreu uma condenação internacional por omissão, tolerância e pela impunidade sistêmica nos casos de violência doméstica. Uma das sanções obrigou o País a pagar reparações e a reformular profundamente sua

legislação. Assim, nasceu, em 2006, a Lei Maria da Penha, como referência internacional de proteção às mulheres.

Nove anos depois, em 2015, o assassinato de uma mulher em situação de violência doméstica ou por motivos discriminatórios (ou seja, por questão de gênero) ganhou um nome específico: feminicídio. E isso faz diferença. “A primeira ação que se deve tomar para enfrentar um problema é nomeá-lo. Se não pudermos nomear, não conseguiremos definir bem as nuances e criar programas necessários para a prevenção”, afirma Jackeline.

Até então, como a tipificação incluía todos os tipos de homicídio, era difícil mensurar quais mortes eram consequência da violência doméstica. E, por isso, os casos ficavam subnotificados, o que pode explicar, em partes, os recordes anuais no Brasil. “É uma lei relativamente nova, de 2015, e as diretrizes vieram em 2018. Então, existe um amadurecimento de como contabilizar esses casos. A subnotificação caiu e também estamos mais conscientes do que nunca sobre a violência de gênero”, explica Manoela Miklos, pesquisadora sênior do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). “A questão é que essas conquistas vêm com reações aos discursos, o que acontece com todos os avanços em políticas de direitos humanos. Temos uma menor subnotificação, mas também um aumento da violência contra a mulher”, ressalta.

Essa contrarreação às conquistas aparecem nos números. As tentativas de feminicídio aumentaram 19% entre 2024 e 2025. Os registros de descumprimento de medida protetiva subiram 10,8%, enquanto os casos de violência psicológica cresceram 6,3%. As ocorrências de lesão corporal dolosa permaneceram estáveis.

São essas as violências que antecedem o desfecho fatal e que precisam ser monitoradas. “Todo feminicídio, em tese, é um crime evitável. Existe um ciclo de violência anterior. Com medidas protetivas, é possível evitar esse desfecho”, opina Mariana. “Essa violência vem do fato da condição de vida precarizada em relação aos homens, que as mantêm em situação de exploração, dominação e opressão para preservar seus privilégios na sociedade”, completa Jackeline.

Segundo a especialista, faltam programas de assistência às mulheres em situação de violência doméstica. Muitas delas não conseguem sair de casa, ou abandonar um relacionamento violento, por falta de condições financeiras. “Necessitamos de programas para que tenham oportunidades e acesso a recursos que as tirariam de situações de vulnerabilidade e violência, como o direito a moradia digna, postos de trabalho com remuneração equitativa e representação em posições de comando e tomada de decisões”, enumera.

Por mais que a lei exija que as DEAMs fiquem abertas 24 horas, isso não é uma realidade em todas as cidades. Segundo dados do MJSP, apenas 19% delas permanecem sempre em funcionamento. Na verdade, a maioria dos municípios nem sequer tem uma delegacia da mulher — até 2023, último dado oficial do governo, havia somente 488 unidades em todo o País. “Isso impede a

mulher de acionar a polícia no momento em que mais necessita, principalmente à noite e nos fins de semana, momentos em que ocorrem mais crimes de gênero. A conta não bate e as mulheres ficam à própria sorte, aumentando a letalidade”, alerta Jackeline.

Mas não basta a unidade aberta se o policial não tiver preparo para acolher a vítima. Segundo a advogada Mariana, as violências que não deixam marcas físicas evidentes, como a psicológica e a patrimonial, costumam ser minimizadas. “As pessoas descrevem um estelionato afetivo, que o cara usou o relacionamento para conseguir uma grana, e eles [os policiais], muitas vezes, falam: ‘Não, doutora, isso aí é coisa de divórcio, ação cível’”, relata.

MODERNIZAÇÃO DAS LEIS E A ILUSÃO DO PUNITIVISMO

Enquanto a Justiça engatinha para acompanhar, a violência de gênero ganha novas roupagens, por meio de ataques de ódio na vida real e no mundo virtual, como no caso de Maria da Penha. E o Estado segue na tentativa de atualizar a legislação. Em 2012, pela primeira vez, o Brasil sancionou uma lei contra crimes digitais. A Lei 12.737/12, conhecida como Lei Carolina Dieckmann, penaliza invasores de dispositivos digitais e a exposição de conteúdo na internet. Quase dez anos depois, em 2021, veio a tipificação do crime de perseguição, que também pode ser virtual.

Fora das redes, as atualizações também continuam. Recentemente, o governo tornou obrigatório o uso de tornozeleiras eletrônicas em agressores e sancionou a Lei do Vicaricídio, que pune agressões cometidas contra filhos com o intuito de atingir a mãe. E tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei (PL) para tipificar a misoginia.

Segundo Jackeline, nomear e punir esse ódio é essencial para frear os crimes que podem decorrer dele. “A misoginia mantém as normas sociais e o senso comum para criar a ilusão de que a violência contra a mulher é justificável. É como uma programação mental”, explica. E acrescenta que, sem combater o discurso de ódio, o sistema de violência continua sendo reproduzido.

Apesar das vitórias legislativas, o excesso de leis e o aumento contínuo das penas podem mascarar uma ineficiência profunda do Estado. Mariana alerta para o “populismo penal”, que aprova legislações apenas como reação ao clamor popular, sem embasamento científico, tampouco investimento real em políticas públicas. “Qual será a utilidade de uma tornozeleira se, hoje, quando se aperta o botão de segurança do aplicativo Guardiã Maria da Penha, a polícia demora de 30 a 40 minutos para chegar à casa? Nesse tempo, uma vítima já pode ter sido morta”, questiona a advogada.

“Sou a favor da criminalização da misoginia. Claro que é importante criminalizar o compartilhamento de fotos íntimas, o acesso a dispositivos eletrônicos. São legislações superpositivas, sobretudo neste momento obscurantista. Mas será que um cara superfamoso, com uma estrutura jurídica boa, que faz um discurso misógino na internet, será condenado? Ou será que isso vai servir para condenar o fulano que não tem acesso a um advogado?”, provoca Mariana.

2006**LEI MARIA DA PENHA**

Principal mecanismo jurídico para coibir e prevenir a violência doméstica contra mulheres.

2012**LEI CAROLINA DIECKMANN**

Pune a invasão de dispositivos e o roubo de dados ou informações sem autorização expressa do titular.

2015**LEI DO FEMINICÍDIO**

Tipifica o homicídio motivado pelo gênero.

2018

Pena de detenção de três meses a dois anos para descumprimento de medida protetiva.

A violação da intimidade da mulher, como registro ou compartilhamento não autorizado de fotos e vídeos de nudez ou ato sexual, configura forma de violências doméstica e familiar.

1.229 FEMINICÍDIOS**2020**

Agressores devem comparecer a programas de recuperação e reeducação e fazer acompanhamento psicossocial.

1.354 FEMINICÍDIOS**2021**

Afastamento imediato do agressor do lar também quando houver risco à integridade psicológica da mulher.

1.347 FEMINICÍDIOS**2023**

Medidas protetivas passam a ser concedidas com base apenas nas declarações da vítima.

Auxílio-aluguel por até seis meses para as mulheres em situação de vulnerabilidade social que precisam ser afastadas do lar.

1.475 FEMINICÍDIOS**2025**

Uso obrigatório de tornozeleira eletrônica pelo agressor e acesso da vítima ao monitoramento em tempo real para comunicar quando houver violação de medida protetiva.

1.568 FEMINICÍDIOS**2017**

O atendimento policial e pericial à mulher vítima de violência deve ser feito, preferencialmente, por policiais e peritos do sexo feminino.

1.075 FEMINICÍDIOS**2019**

Delegados e policiais podem conceder medida protetiva caso haja risco iminente à vida da vítima. Criação do cadastro nacional de medidas protetivas mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Agressores devem ressarcir os cofres públicos pelos custos do atendimento médico das vítimas no Sistema Único de Saúde (SUS). Divórcio ou dissolução de união estável facilitados para vítimas de violência doméstica.

1.330 FEMINICÍDIOS**2022**

Medidas protetivas deferidas pelo juiz devem ser registradas imediatamente nos sistemas das polícias civis e militares para agilizar a fiscalização.

1.455 FEMINICÍDIOS**2024**

Nome da vítima deve ser mantido em sigilo e o do agressor, permanecer público.

1.492 FEMINICÍDIOS**399 FEMINICÍDIOS APENAS****NO PRIMEIRO TRIMESTRE****2026****LEI DO VICARICÍDIO**

Cria o crime de vicaricídio e inclui a violência vicária como forma de violência doméstica. Criação do Cadastro Nacional de Agressores.

Ampliação das hipóteses que podem justificar o afastamento imediato do agressor do lar, incluindo casos de violências psicológica, moral e patrimonial.

Transferência do agressor para outro presídio quando houver ameaças ou novas agressões contra a vítima ou familiares após o crime.

&



Comida cara

texto Agência BORI

Por que o custo dos alimentos sobe mais que a inflação? Estudo explica que o fenômeno é estrutural; modelo agroexportador e concentração de mercado encarecem alimentos frescos e favorecem ultraprocessados

A alta dos preços nos supermercados costuma ser o principal termômetro da economia para a maioria da população. No noticiário, é comum que a culpa pelo encarecimento da comida recaia sobre vilões isolados, como secas, geadas ou oscilações do dólar.

Um novo estudo brasileiro, publicado pela ACT Promoção da Saúde, revela que a inflação de alimentos no Brasil vai muito além de crises passageiras e configura-se como um fenômeno estrutural e sistêmico, que encarece os produtos frescos em detrimento dos ultraprocessados. A pesquisa, conduzida por Valter Palmieri Júnior, economista e doutor em Desenvolvimento Econômico pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), detalha as engrenagens políticas e econômicas que ditam os preços nas prateleiras.

De acordo com Marília Albiero, gerente de Inovação e Estratégia da ACT, “essa abordagem sistêmica qualifica o diagnóstico. Nesse sentido, reforça a importância de dar continuidade e aprimorar as políticas públicas existentes, e ao mesmo tempo chama atenção para a necessida-

de de soluções inovadoras capazes de responder às demandas atuais da sociedade e do planeta”.

A alimentação representa 21,84% do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o principal indicador da inflação no País. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), as famílias com renda de até dois salários mínimos destinam 49,1% a mais de sua despesa total com comida do que a média nacional. Isso significa que a inflação dos alimentos afeta desproporcionalmente quem já tem menos.

Desde 2006, os preços da comida sobe sistematicamente acima da inflação geral no Brasil. Os campeões de encarecimento foram frutas, carnes, tubérculos, raízes, legumes, aves e ovos. As frutas, em especial, tiveram elevação de preços 2,8 vezes maior do que a inflação geral nesses 20 anos — um desincentivo direto ao consumo saudável, principalmente entre os mais pobres.

O contraste com países desenvolvidos é revelador. Entre 2006 e 2012, a inflação de alimentos no Brasil acumulou 64%, taxa muito superior à de países como França (13%), Alemanha (17%), Estados Unidos (14%) e Japão (2%), onde os preços acompanharam mais de perto a inflação geral.

Palmieri Júnior considera que isso não é coincidência, pois a inflação dos alimentos está profundamente ligada ao padrão de desenvolvimento focado na exportação. “O modelo agroexportador e a forma de inserção internacional do País direcionam recursos produtivos para a exportação, o que afeta, indiretamente, a produção e os custos dos produtos voltados para o mercado interno, como arroz, feijão, frutas e hortaliças”, pontua.

Os dados sobre uso da terra explicam parte do problema. Em 2006, havia 4,1 vezes mais hectares destinados a soja, milho e cana-de-açúcar do que a alimentos básicos pouco exportados, como arroz, feijão e mandioca. Em 2025, essa razão saltou para 12,4 vezes. No mesmo ano, Brasil exportou 209 milhões de toneladas de alimentos, enquanto a produção somada de arroz e feijão ficou em torno de 14 milhões de toneladas. A especialização em commodities também se aprofundou territorialmente: em 2006, 1.112 municípios tinham pelo menos 80% da área colhida concentrada em soja, milho e cana; em 2024, esse número chegou a 1,62 mil.

Esse processo resulta num efeito cascata no custo dos alimentos que chegam à mesa. Em Unaí (MG), historicamente produtora de feijão, a expansão da soja reduziu a produção da leguminosa tradicional em 30%, entre 2006 e 2024,

e elevou seus custos. O resultado é que o agricultor migra para culturas mais rentáveis e o abastecimento interno enfraquece. Dos 20 municípios que mais produziam feijão em 2006, 17 reduziram a produção em 2024.

A restrição da oferta é agravada pela estrutura de mercado que permeia toda a cadeia alimentar. O estudo identifica oligopólios em cada elo, dos insumos agrícolas ao varejo supermercadista, o que amplia o poder das grandes empresas sobre os preços. No campo, a valorização da terra nos polos do Agronegócio — que chegou a 140% no Estado de São Paulo entre 2006 e 2014, no auge do *boom* das commodities — eleva os custos para quem produz alimentos básicos e pressiona ainda mais a oferta interna.

“Se uma pessoa destinasse, por exemplo, 5% do salário mínimo para comprar alimentos em 2006, hoje, com essa mesma proporção, conseguiria levar mais produtos ultraprocessados e menos alimentos saudáveis. Entre 2006 e 2026, o poder de compra de frutas caiu cerca de 31%”, ressalta Palmieri Júnior. “Esse movimento altera os incentivos econômicos de consumo e tende a piorar a qualidade da dieta”, destaca.

As mudanças climáticas entram nesse cenário como fator agravante. O estudo aponta que essas alterações deixaram de ser um elemento exógeno e episódico para converterem-se em determinante estrutural da oferta, dos custos e dos preços no sistema agroalimentar. Uma estrutura produtiva altamente concentrada, pouco diversificada e dependente de poucas áreas geográficas torna-se mais vulnerável a eventos climáticos extremos; quando choques atingem esses lugares, o efeito propaga-se nacionalmente.

O estudo defende medidas como fortalecimento da agricultura familiar, ampliação do crédito, retomada de estoques públicos e adoção de políticas para aumentar a concorrência no setor. Controlar a inflação da comida, portanto, exige tratar a alimentação como eixo central das políticas públicas, superando a lógica focada na rentabilidade e no comércio exterior.

&

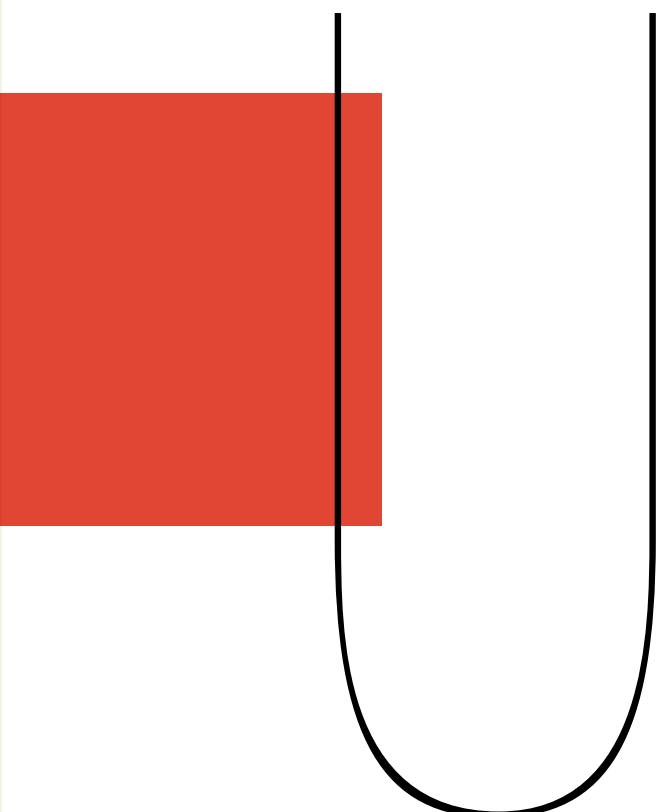
* SOBRE A BORI

Por meio de tecnologia, curadoria e *expertise* jornalística e científica, a BORI oferece soluções para tornar o conhecimento científico acessível, transformando conhecimento em impacto público com soluções personalizadas. Pelo seu trabalho pioneiro e inovador, a BORI já recebeu mais de dez prêmios nacionais e internacionais na área de divulgação científica. Acesse www.abori.com.br.



FAVELA NÃO TEM FIM

texto VINÍCIUS MENDES



Um grupo de mulheres negras sobe a trilha sinuosa de um morro equilibrando baldes d'água na cabeça. No trajeto, passam por crianças brincando no chão, jovens jogando futebol num campo improvisado e uma roda de samba, o que faz uma delas interromper o caminho para dançar. Cruzam com outras mulheres que, em direção oposta, levam trouxas de roupas também nas cabeças. O percurso é difícil, de terra batida, buracos e mato, mas termina no alto da montanha — que é, na verdade, o Morro da Babilônia, na zona sul da cidade do Rio de Janeiro (RJ).

A cena termina romântica: uma das mulheres larga o balde para observar um garoto (negro) soltando pipa, emoldurados pela vista deslumbrante da ferradura da Praia de Botafogo ao fundo. E tudo acontece sob a trilha de *A felicidade*, cantada por Vinicius de Moraes. Esses são os três primeiros minutos de *Orfeu negro*, filme do cineasta francês Marcel Camus, que ganhou o Oscar de Melhor Filme Estrangeiro em 1960, baseado na peça *Orfeu da Conceição*, escrita em 1954 por Vinicius.

Para além das questões em torno da película — como a ausência dos créditos a Vinicius de Moraes —, a obra levou para o mundo a aura de miséria, desalento, abandono e racismo, mas também de beleza e de solidariedade social que constituía a vida nas favelas da então capital do País, e, portanto, do próprio Brasil. Em 1960, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), só o Rio de Janeiro tinha 147 favelas, onde viviam 335 mil pessoas. Era, de longe, a cidade que concentrava o fenômeno que se nacionalizou e ganhou nome: favelização.

Não era sem razão. Os estudos históricos apontam que a favela como conhecemos surgiu no Rio, depois que os soldados enviados para lutar em Canudos, na Bahia, no fim do século 19, voltaram para a cidade e instalaram-se em um dos morros que contornam a cidade. Foi também onde foram morar os antigos escravizados depois da Lei Áurea, em 1888. Favela é, originalmente, o nome de uma serra que existe em Monte Santo (BA).

Os morros cariocas guardam até hoje um dilema. De um lado, geograficamente perigosos, íngremes e cheios de encostas. De outro, é o lugar onde a cidade revela, do alto, o esplendor de suas belezas naturais.

DE LOCAL PARA NACIONAL

O fenômeno nacionalizou-se. O Censo Demográfico 2022, realizado pelo IBGE, aponta que

existiam pouco mais de 12,3 mil favelas no País naquele ano, onde viviam cerca de 16,3 milhões de pessoas. Em termos estatísticos, 8% da população brasileira morava em “comunidades urbanas”, o conceito técnico do instituto. Intrigantemente, se a quantidade de favelas dobrou (95%) em comparação com o Censo 2010, quando havia 6,3 mil espalhadas pelo Brasil, a densidade populacional não acompanhou esse ritmo, ao subir 43% nesse intervalo — eram 11,4 milhões no Censo daquele ano.

De 1950 para cá, o IBGE já usou cinco conceitos diferentes para categorizar as favelas. O último, válido para as análises do Censo 2022, é o de “favelas e comunidades urbanas”. Entram nessa categoria regiões que tenham estruturalmente certa insegurança jurídica de propriedade da terra (ausência de escritura do imóvel, por exemplo), aliada a algum tipo de vulnerabilidade socioeconômica ou falta de serviços públicos adequados e riscos de ocupação.

Agora, o estudo Mapeamento Anual das Áreas Urbanizadas no Brasil, do MapBiomas, aponta para outra dimensão da expansão dessa forma de morar: aumentou o número de áreas urbanizadas em regiões de grandes declives, ou seja, morros íngremes, que triplicou em 40 anos. Em 1985, as áreas urbanizadas em grandes declividades ocupavam 14 mil hectares do território brasileiro, área que atingiu 43,4 mil em 2024. Ainda segundo o MapBiomas, as áreas de favelas cresceram, no mesmo período, mais de 2,75 vezes — eram 53,7 mil hectares, em 1985, e 146 mil hectares, em 2024.

Esse avanço territorial, notadamente ligado a novas favelas (embora não apenas a estas), aconteceu à revelia do crescimento das cidades em si, que aumentaram 2,5 vezes de tamanho nesse período. O mapeamento — feito a partir da comparação de mapas localizados em cada um desses anos — mostra que isso aconteceu com intensidade nos centros urbanos do Norte e do Nordeste do País, com destaque para Manaus (AM) e Belém (PA).

A hipótese do geógrafo Julio Cesar Pedrassoli, um dos coordenadores do Mapeamento de Áreas Urbanizadas do MapBiomas, é que esse fenômeno reflete o momento econômico dessas regiões. “A questão fundamental é a desigualdade na distribuição de renda. Uma favela sempre surge em uma área da cidade cujo valor imobiliário é menor. Não se trata de uma escolha: é justa-

95%

foi o aumento na quantidade de favelas entre os Censos 2010 e 2022, **DE 6.329 PARA 12.348**

43%

foi o crescimento da população nessas áreas entre 2010 e 2022, **DE 11,42 MILHÕES PARA 16,39 MILHÕES**

2,75 VEZES

foi o incremento da área ocupada por favelas, **DE 53,7 MIL HECTARES, EM 1985, PARA 146 MIL HECTARES, EM 2024**

“DIZER QUE AS FAVELAS SURGEM APENAS DE INVASÕES DE POBRES É UM MITO.”

ALEXANDRE MAGALHÃES, professor na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

mente a falta dela que faz as pessoas morarem ali. Em geral, são áreas que estão em regiões de grandes declives, como morros e encostas, ou perto de rios”, explica.

“Se olharmos para o crescimento das favelas no Sudeste entre os anos 1970 e 1980, dá para cruzá-lo com o fluxo migratório que a região recebeu enquanto se industrializava. Esse processo econômico produz desigualdades. É o que está acontecendo, agora, nessas cidades do Norte”, completa o geógrafo, lembrando que, nas capitais do Amazonas e do Pará, Manaus e Belém, respectivamente, metade da expansão urbana no período analisado aconteceu pela favelização. Só o bairro de Guamá, na capital paraense, tem 81 mil habitantes (a cidade tem 1,3 milhão).

A relação entre precariedade e expansão territorial também é notada em outro achado do MapBiomias: o número de áreas próximas a linhas de drenagem, como rios, cresceu 145% entre 1985 e 2024. Ocupavam 1,2 milhões de hectares em 1985. O problema, nesse caso, é a vulnerabilidade da população às enchentes. As capitais de São Paulo e do Rio são as metrópoles que mais apresentam áreas nessa situação. “O problema é que, quando essa área vulnerável é, de fato, favela e não um condomínio, as capacidades de resposta e de demanda política são bem menores, o que significa que, nesses locais, as pessoas estão muito mais sujeitas aos riscos ambientais”, observa Pedrassoli.

A CIDADE SÓ CRESCE

Mas isso ocorre, segundo especialistas ouvidos pela Revista **Problemas Brasileiros (PB)**, em decorrência de várias outras dinâmicas. A limitação territorial é uma delas. Enquanto metrópo-

les do Sudeste não têm mais para onde crescer, nas cidades nortistas e nordestinas, ao contrário, ainda é possível encontrar áreas próximas onde seja possível a habitação precária, como na beira de rios ou em declives. “Em São Paulo, faz mais sentido mapear o ritmo de crescimento das favelas sob a lógica vertical. As casas vão subindo, mais gente vai morando ou vai vivendo nelas”, aponta a socióloga Anna Clara Pereira, pesquisadora na Universidade de São Paulo (USP).

Entretanto, Anna Clara opina que esse não é um argumento suficiente para explicar o aumento das favelas no Norte. Ao contrário. O que parece estar em jogo ali é o papel cada vez mais decisivo das facções criminosas. “Cidades como Manaus e Belém convivem com o domínio do crime organizado. As pessoas não têm para onde se mover e, com isso, expandem o território em que já vivem. Essa dinâmica não se repete em centros urbanos como São Paulo. No Norte, a favela cresce por causa da limitação desse movimento. Em São Paulo, as pessoas deslocam-se de uma para outra área”, acrescenta.

O Censo 2022 mostrou que, das 20 favelas e comunidades urbanas mais populosas do Brasil, oito estavam no Norte, sete delas em Manaus. A Cidade de Deus, na zona norte da capital amazonense, é a maior delas, com 55,8 mil pessoas. A Rocinha, no Rio, ainda é a favela mais densamente povoada do Brasil, com 72 mil moradores.

Segundo a pesquisadora da USP, o que ajuda a elucidar o aumento da quantidade de favelas, mas não o de populações vivendo nelas, é a política de deslocamentos forçados de algumas administrações locais, como a do Estado paulista. Em seu mestrado, em curso, Anna Clara estuda as medidas adotadas pela gestão do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), com interlocução do governo federal, na Favela do Moinho, no centro da metrópole paulistana. Mais de 1,8



mil pessoas moravam na área — encravada entre duas ferrovias urbanas e debaixo de um viaduto —, em 2022. No ano passado, o governo estadual retirou quase a totalidade das famílias de lá, oferecendo ajuda financeira para o aluguel de imóveis em outras localidades. Ainda existem perto de dez edificações no terreno, e a ideia é transformá-lo em parque.

“Mas o que acontece, na prática, é que, quando uma política desse tipo remove pessoas de uma favela, elas migram para outra favela ou para outro tipo de habitação precária, como uma ocupação ou a casa de alguém — um familiar, um amigo —, que também mora em favela”, analisa a pesquisadora. “Essa política produz novas favelas”, afirma, citando o conceito “transitoriedade permanente”, da urbanista Raquel Rolnik. “A pessoa migra de um lugar para o outro, sempre em situação de vulnerabilidade”, resume.

EM CADA LUGAR, UMA FAVELA

Segundo Pedrassoli, do MapBiomias, porém, é importante considerar que, apesar do fenômeno da favelização ser, de certa forma, universal, há diferenças relevantes nas favelas de cada lugar. Não por acaso, lembra ele, a classificação adotada pelo IBGE em 2022 tem uma única característica fixa: a insegurança da posse da terra, que se alinha com uma série de outras dinâmicas variantes. “Isso significa dizer que o que é favela em São Paulo não é favela em Manaus”, adverte. “A própria urbanização dessas áreas pode ser muito diferente. Capitais do Norte, por exemplo, têm se expandido mais para áreas de linhas de drenagem, enquanto no Rio, a ocupação sempre acontece nos morros”, compara.

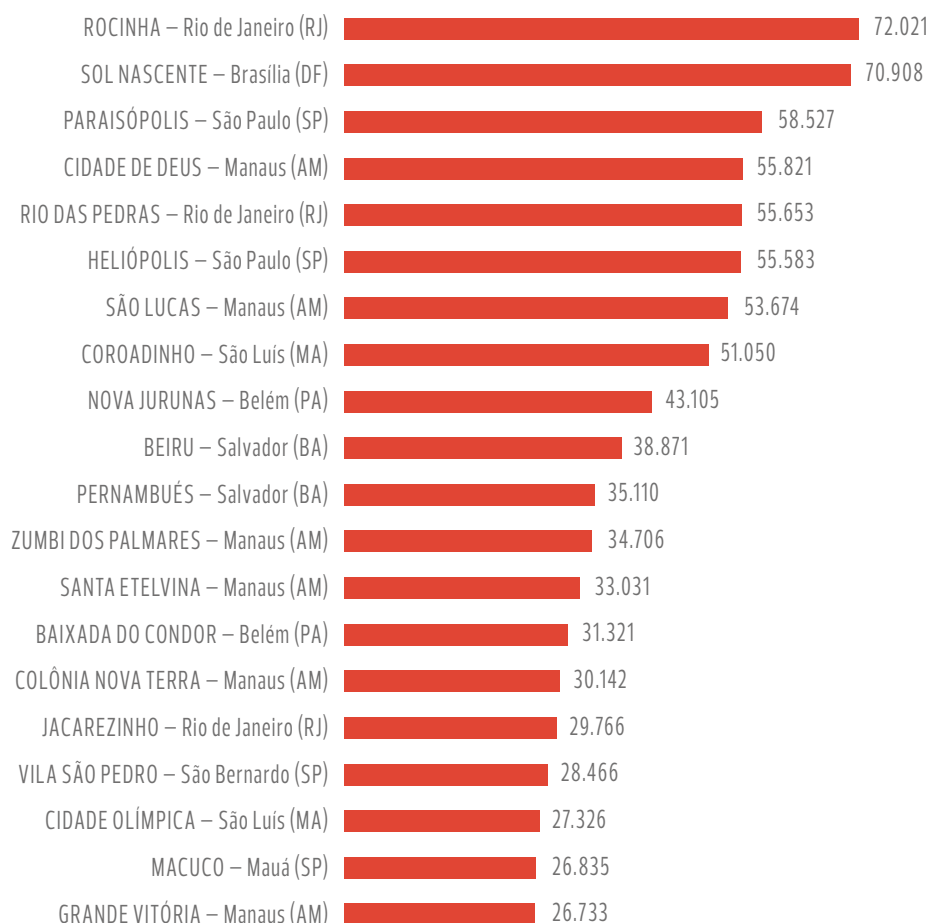
Há, de fato, favelas que estão integradas aos serviços públicos, como coleta de lixo ou tratamento de esgoto (um dos critérios do IBGE), mas que podem estar em áreas de mais risco pela perspectiva ambiental. Alexandre Magalhães, professor de Sociologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), acredita que as próprias definições oficiais do que é ou não favela têm o efeito de definir políticas de cidadania urbana para as populações dessas regiões. “Existe uma confusão institucional ao traçar os parâmetros, e também os perímetros, do que é favela, que existe porque há uma confusão sobre o que deve ser feito nessas regiões”, pontua.

Segundo Magalhães, as favelas brasileiras diferenciam-se tanto de dentro para fora quanto de fora para dentro. “A distinção mais eviden-

te está nos dados do IBGE: população, volume, territórios, entre outros. Mas há outra, interna, que diz respeito a como as favelas se formam. Se muitas delas são resultado das estruturas econômicas — informalidade, pobreza, desigualdade racial, políticas habitacionais ineficientes etc. —, outras foram estimuladas por atores poderosos, como indústrias ou o Poder Público.”

O caso do Morro do Borel, na zona oeste do Rio, por exemplo, tem relação com fábricas que se instalaram na região no século 20. Por sua vez, o Complexo da Maré, na zona norte, é consequência de políticas de remoção realizadas por sucessivos governos. “Dizer que as favelas surgem apenas de invasões de pobres é um mito”, finaliza Magalhães.

AS 20 FAVELAS MAIS POPULOSAS DO BRASIL



Fonte: Censo Demográfico 2022.



O BRASIL ACONTECE ANTES DE CHEGAR A BRASÍLIA

NAS EMPRESAS.

NAS CIDADES.

NAS UNIVERSIDADES.

NOS NEGÓCIOS.

NAS ESCOLHAS DE MILHÕES
DE BRASILEIROS.

O **UM BRASIL** CONECTA ESSAS
DISCUSSÕES AOS GRANDES
TEMAS NACIONAIS.

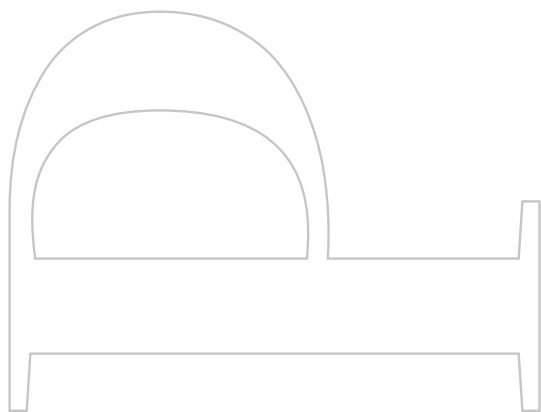
ACESSE **UMBRASIL.COM**
E PARTICIPE DO DEBATE.

UM BRASIL

@canalumbrasil

UMA REALIZAÇÃO

FECOMERCIO SP



PARA ONDE VAI A RENDA?

Os indicadores econômicos recentes mostram um cenário aparentemente positivo para o Brasil. A renda média do trabalhador cresceu nos últimos anos, assim como a massa de rendimentos, e o mercado de trabalho permaneceu relativamente resiliente. Ainda assim, a sensação predominante continua distante de uma percepção concreta de melhoria financeira. A explicação para esse paradoxo passa por um conjunto de fatores que vem comprimindo o orçamento familiar e reduzindo a capacidade de consumo.

O primeiro deles é o elevado endividamento. Dados da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP) mostram que cerca de 80% dos lares brasileiros estão endividados, muitos pagando juros elevados, sobretudo em modalidades como cartão de crédito e crédito pessoal — e, em muitos casos, as taxas anuais superam 100%. Esse cenário indica que uma parcela importante do aumento da renda não se transforma em consumo ou poupança, mas é absorvida pelo pagamento de prestações, juros e dívidas acumuladas.

Outro ponto relevante é a inflação dos alimentos. Entre janeiro de 2022 e abril de 2025, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) geral subiu 23% enquanto a alimentação aumentou 29%. Ao olharmos para o período entre janeiro e abril de 2026, a inflação geral foi de 1,5%, com os alimentos subindo quase 3%. Mesmo em períodos de desaceleração inflacionária, os preços de itens essenciais da cesta básica avançaram acima da média geral da inflação. Como os gastos com alimentação pesam proporcionalmente mais no orçamento das famílias de baixa renda, o efeito sobre a percepção econômica é muito mais intenso do que sugerem os índices agregados.

Agora, soma-se a isso um novo fenômeno: o avanço explosivo das apostas online. Pesquisa recente da FecomercioSP mostrou que 35% dos paulistanos fazem apostas buscando aumentar rapidamente a renda doméstica, um salto de 10 pontos percentuais (p.p.) em relação a 2024. Entre as famílias com renda de até dois salários mínimos, o percentual chega a 40%. Esse dado revela um fato preocupante: parte crescente da população passou a enxergar as *bets* não

como entretenimento controlado, mas como tentativa de sobrevivência financeira.

O estudo traz outros sinais alarmantes. Um quarto dos entrevistados afirmou que, se não apostasse, guardaria esse dinheiro. Outros disseram que destinariam os recursos para pagar contas ou comprar alimentos. Isto é, as apostas passaram a disputar espaço diretamente com o consumo tradicional das famílias e até com a formação de poupança.

A situação torna-se ainda mais grave quando se observa que 12% dos entrevistados afirmaram já ter buscado ajuda financeira para continuar apostando, incluindo empréstimos bancários e pedidos de dinheiro para familiares ou amigos. Trata-se de um processo que pode aprofundar o endividamento e ampliar a vulnerabilidade social.

As cifras envolvidas ajudam a dimensionar o problema. Estimativas apontam que os brasileiros podem movimentar entre R\$ 300 bilhões e R\$ 400 bilhões por ano em apostas online. Mesmo considerando uma retenção média de 15% pelas plataformas, porcentual previsto no modelo regulatório, essa movimentação representaria algo próximo de R\$ 50 bilhões drenados do consumo doméstico para empresas de apostas. Para efeito de comparação, esse valor equivale a cerca de um terço do orçamento anual do Bolsa Família.

Além disso, parte relevante dessas operações ocorre em plataformas ilegais ou sediadas fora do País, ampliando o vazamento de renda da economia. Diferentemente de atividades presenciais, como cassinos e *resorts*, que ao menos geram empregos, turismo e arrecadação local, as apostas virtuais têm baixíssima capacidade de multiplicação econômica.

O resultado é uma economia em que a renda cresce estatisticamente, mas uma parcela relevante desse ganho é capturada por juros, inflação de itens essenciais e apostas online. O consumidor sente menos melhoria porque, na prática, sobra menos dinheiro disponível para consumir, investir ou construir patrimônio.

&



FABIO PINA,
economista e
assessor técnico
da FecomercioSP



A desinformação deixou de ser um problema isolado e restrito ao universo digital. Atualmente, representa um risco sistêmico, com repercussões diretas na confiança institucional, no ambiente de negócios e na democracia.

Num contexto marcado por desigualdade e instabilidade social, conflitos geoeconômicos e polarização, a integridade da informação tornou-se um ativo estratégico para governos, empresas e para a própria sociedade.

O cenário é preocupante. O Global Risks Report 2026, do Fórum Econômico Mundial, aponta a desinformação entre os principais fatores de instabilidade global em curto e longo prazos. No Brasil, os sinais também são claros: pesquisa do Instituto DataSenado mostra que 7 em cada 10 brasileiros já tiveram contato com notícias falsas, enquanto 91% consideram que as *fake news* sejam um perigo para a sociedade.

Os efeitos desse fenômeno vão muito além do ambiente digital. A circulação massiva de informações falsas compromete decisões públicas e privadas, amplia a desconfiança social, fragiliza instituições e afeta diretamente a reputação das organizações. Num ambiente cada

vez mais orientado pela informação, a confiança tornou-se um dos principais ativos de qualquer empresa.

Diante desse cenário, o setor empresarial não pode ocupar uma posição passiva. Empresas são agentes centrais no ecossistema informacional, seja pela capacidade de comunicação que têm, seja pela influência que exercem sobre consumidores, mercados e cadeias produtivas. Ignorar esse papel significa negligenciar riscos que afetam não apenas os negócios, mas também a qualidade da vida em sociedade.

Foi a partir dessa compreensão que nasceu a Coalizão Empresarial Contra a Desinformação, iniciativa liderada pelo Instituto Ethos em parceria com Aberje, Abert e Abradee, além do apoio técnico do NetLab UFRJ. A proposta busca mobilizar empresas para uma atuação coordenada, baseada em evidências e alinhada com as melhores práticas de governança e de responsabilidade corporativa.

Mais do que reagir a crises pontuais, a coalizão propõe construir uma agenda estruturada de enfrentamento da desinformação, promovendo produção de conhecimento, desenvolvimento de diretrizes e criação de espaços permanentes de diálogo entre empresas, especialistas e sociedade civil. Vamos detectar os problemas, mapear os caminhos e propor soluções articuladas.

Desafios sistêmicos exigem respostas coletivas. Essa responsabilidade não é só do setor público e das empresas de comunicação e informação; ela precisa ser compartilhada. A construção de um ambiente informacional mais íntegro, transparente e confiável é condição indispensável para os desenvolvimentos econômico e social do País.



CAIO MAGRI,
*diretor-presidente
do Instituto Ethos*

EMPRESAS CONTRA A DESINFORMAÇÃO



&

LEGITIMIDADE FRAGMENTADA



A legitimação pode ser entendida como um dos processos centrais da comunicação contemporânea. Num ambiente marcado por hiperexposição, pela fragmentação da atenção e pela disputa permanente de discursos, as organizações passaram a depender menos de estruturas formais de autoridade e mais da capacidade de justificar socialmente sua existência, suas práticas e seus valores.

A ideia de legitimidade está relacionada ao reconhecimento social. Trata-se da percepção de que determinada instituição atua de maneira adequada dentro de um sistema compartilhado de normas, crenças e expectativas. Os sociólogos Peter Berger e Thomas Luckmann, autores da obra *A construção social da realidade* (Vozes, 2014), compreendem esse processo como parte do que denominam “construção social da realidade”. Isto é, instituições precisam, de maneira contínua, explicar e justificar a própria existência para serem reconhecidas e reproduzidas socialmente. A legitimação funciona, portanto, como mecanismo de estabilização do mundo social.

A legitimação pela comunicação pode ser observada em três movimentos principais: a utilidade, quando organizações demonstram competência e capacidade de gerar benefícios por meio de seus produtos e serviços; a compatibilidade, quando buscam identificação com valores sociais no âmbito nacional e com expectativas coletivas; e a transcendência, quando recorrem a propósitos, valores éticos e justificativas que ultrapassem uma razão simples para sustentar suas ações.

Nas organizações, esses movimentos acontecem sobretudo pela comunicação. É por meio de discursos, símbolos,

posicionamentos públicos e narrativas institucionais que empresas constroem sentidos sobre si mesmas e buscam reconhecimento diante de seus públicos. Mais do que transmitir informações, a comunicação organiza interpretações, enquadra acontecimentos e oferece justificativas sobre decisões, identidades e propósitos.

No entanto, o ambiente contemporâneo cada vez mais tensiona profundamente esses processos. A fragmentação da atenção, a multiplicação das plataformas digitais e a hiperexposição permanente tornam mais instável a capacidade das organizações de sustentar narrativas coerentes e duradouras. A legitimação deixa de operar num espaço relativamente centralizado e passa a acontecer de forma dispersa, simultânea e constantemente contestada.

Ainda assim, isso não significa o fim da possibilidade da legitimação. Pelo contrário: quanto maior a instabilidade, maior a necessidade de construir sentidos capazes de sustentar vínculos, reconhecimento e confiança. A legitimidade talvez esteja mais fragmentada, volátil e disputada do que nunca, mas continua sendo uma das principais formas de estruturar a comunicação e garantir a perenidade das organizações em um tempo tumultuado. No contexto empresarial, ela funciona como mecanismo de ordenação da própria realidade corporativa. Empresas constroem versões sobre quem são, quais valores representam e qual papel desempenham socialmente. Não basta existir de forma institucional; é necessário ser percebido como relevante, competente e autorizado diante de governos, imprensa, investidores, colaboradores e sociedade civil.



VICTOR PEREIRA,
*mestre em Ciências
da Comunicação
pela Escola de
Comunicações e Artes
da Universidade de
São Paulo (ECA-USP)
e gerente de Relações
Institucionais e
Internacionais da
Associação Brasileira
de Comunicação
Empresarial (Aberje)*

&

MEMÓRIA EM NANQUIM E GUACHE

texto EDISON VEIGA



Na Copa do Mundo de 1950, um menino de 15 anos colocou no papel desenhos que narram em detalhes as partidas do torneio ouvidas pelo rádio — da euforia com a possibilidade do primeiro título à decepção com a derrota na final. Poucos anos depois, a paixão de Aldyr Schlee pelo futebol rendeu-lhe a criação da camisa canarinho, até hoje ícone do futebol brasileiro. É seu filho quem guarda esse tesouro e quer que mais gente conheça essa história.

É até irônico imaginar que aquele menino fanático por futebol, que passou a infância na fronteira entre Brasil e Uruguai — nascido em Jaguarão, no Rio Grande do Sul, e tinha apenas um rio a separá-lo do país vizinho —, viveria sua primeira decepção justamente no Maracanã, quando o escrete do Uruguai, a Celeste Olímpica, sagrou-se bicampeão da Copa justamente em cima do Brasil, que, em casa, sonhava com o primeiro caneco.

Mais irônico ainda imaginar (reviravoltas saborosas que a vida dá) que, pouco tempo depois, Aldyr Schlee venceria o concurso nacional para a criação de um novo uniforme para a Seleção Brasileira, justamente para apagar a imagem amarga daquela derrota. E seria de amarelo-canarinho — e não com as camisas brancas que constituíam o fardão original — que o Brasil colecionaria as cinco estrelas que, hoje, estampam o uniforme nacional.

Se essa é a história amplamente conhecida, que liga o escritor, jornalista, professor universitário, desenhista e artista gaúcho Aldyr Garcia Schlee (1934–2018) à história do esporte mais popular do Brasil, seu filho, Aldyr Rosenthal Schlee, magistrado aposentado, guarda uma preciosidade menos conhecida da lavra do pai: um livreto feito à mão, com ilustrações e textos caprichados, sobre a Copa de 1950.

EM PAPEL, PENA, NANQUIM E GUACHE

Aldyr Schlee tinha 15 anos. Era a primeira Copa do Mundo que acompanhava — a anterior havia sido em 1938, pois a Segunda Guerra interrompeu a sequência dos campeonatos. O filho Aldyr conta como a proximidade do torneio mexeu com a empolgação do pai. “Ele cresceu na casa de seus avós, na companhia de um tio mais velho que fez

fama na região como goleiro e de quem herdou álbuns de figurinhas de jogadores, revistas esportivas e com quem aprendeu a jogar tampinhas, jogo precursor do futebol de mesa”, contextualiza.

“Ao lado da casa, ficava a alfaiataria de seu padrinho, um dos introdutores do futebol na cidade. Nesse contexto, lógico que aquele guri se tornaria um aficionado, registrando, ainda nos anos 1940, os torneios de tampinhas com os amigos em jornaizinhos de edições únicas, detalhados e ricamente ilustrados por ele com pena, nanquim e guache”, relata.

“Percebo a produção do álbum [*o livreto com os jogos desse campeonato de 1950*] como decorrência natural do amor pelo futebol e da facilidade para escrever e desenhar”, declara o filho. Nesse documento histórico, diagramado, redigido e ilustrado por Aldyr, estão algumas das qualidades que, mais tarde, ele revelaria definitivamente como professor, desenhista e escritor.

As páginas revelam, contudo, como a alegria foi substituída pela decepção com o resultado final do torneio. Na avaliação do filho, o livreto do pai “começa caprichado” para, depois, decair. No início, comenta ele, “há uma quantidade bárbara de informações precisas acerca de cada jogo, com os gols das partidas apresentados em desenhos coloridos, feitos a partir de meras informações de emissoras de rádio do centro do País”. No fim, no entanto, “fica expresso o desapontamento do jovem fronteiro com o desfecho da Copa”, aponta.

DESENHAR O QUE OUVIU

Vale o contexto, aliás. Naquela Copa, os jogos eram transmitidos por precárias ondas curtas de rádio, com o som cheio de ruídos e estática. A primeira Copa do Mundo televisionada ao vivo foi a de 1958, mas só para a Europa. No Brasil, os poucos que tinham televisão naquele fim da década puderam assistir pela TV Tupi, mas em videoteipes, com fitas que chegavam dias depois das partidas.

Voltando a 1950, o material de Aldyr começa a ficar mais simples a partir da semifinal. “Provavelmente pela proximidade entre os embates, alguns deles ficaram sem os diagramas dos gols. E o colorido escasseou”, analisa o magistrado. “Afirmando, sem medo de errar, que meu pai ficou tão triste com a derrota brasileira como qualquer outro de nós fica até hoje, principalmente quando os uruguaiois relembram aquela derrota por 2x1”, afirma. Ele relembra, inclusive, que o pai não admitia a tristeza do momento, romantizando o episódio, ao dizer que estava no cinema durante a partida. “Mas sustento que ele estava de ouvido na transmissão e sua decepção foi tanta que nem sequer teve motivação para desenhar os gols”, imagina.

Aldyr pai deixou em branco o espaço previsto para narrar a final. “Sabe-se lá o porquê, onde deveria aparecer o gol de Ghiggia [*uruguaio que fez o tento final*], ele rabiscou a lápis um improvável patinho, à la Disney”, descreve. O desapontamento foi em palavras. Escreveu o garoto: “Contrariando todos os prognósticos, o Brasil, jogando uma partida de igual para igual com seu adversário, perdeu a Copa do Mundo. Com uma dor no coração escrevemos esse comentário sobre o jogo mais sensacional do campeonato, que nos tirou a taça que deveria ser nossa. Pena é que os campeões usassem meios vis para vencer, demonstrando, assim, que só pela técnica não nos venceriam”.

O livrinho ficou guardado em alguma gaveta, ganhando as marcas do tempo: um borrão de tinta roxa e a ferrugem dos grampos. Mas, com os anos, a primeira edição ganhou a companhia de outras. Aldyr pai manteve a tradição, Copa a Copa — até a sua última, em 2018. Agora, o filho afirma ter como incumbência pessoal levar o material à publicação. “É algo que merece mais que o interior de um envelope ou o fundo de uma gaveta”, argumenta.

DE 1950 A CAMISA CANARINHO

Esses registros tornaram-se preciosidade histórica não somente pela qualidade intrínseca a eles, mas porque, talvez com as mesmas tintas e pincéis com que fez o livreto de 1950, Aldyr Schlee criou o uniforme amarelo que se tornou marca registrada da Seleção Brasileira.

Ele tinha 18 para 19 anos quando venceu o concurso promovido pelo jornal *Correio da Manhã* e pela Confederação Brasileira de Desportos — a antecessora da Confederação Brasileira de Futebol (CBF) — para eleger o novo fardamento do time. O filho explica que Aldyr buscou algo “mais ligado à brasilidade”, inspirando-se nas cores da bandeira, “substituindo definitivamente o azarado e pouco expressivo branco e azul de até então”.

O jornalista e escritor Marcelo Duarte, presidente da Academia Brasileira de Letras do Futebol (ABLF), menciona que o regulamento pedia que as propostas tivessem as cores da bandeira, mas que não houvesse nem o nome do Brasil, nem o desenho da bandeira em si. “Graças ao talento brasileiro, a camisa amarela acabou ultrapassando o universo do futebol”, opina. “Tornou-se um ícone cultural, representa aquilo que chamamos de brasilidade, alegria e estilo”, ressalta.

Crédito: Arquivo pessoal



DA LIBERDADE À SEDE EXPANSIONISTA

No dia 4 de julho de 1776, a Declaração de Independência, assinada na cidade da Filadélfia, atual Estado da Pensilvânia, marcou a separação das 13 colônias norte-americanas do Império Britânico. Redigido pelo historiador e filósofo Thomas Jefferson e fundamentado nas ideias iluministas do filósofo inglês John Locke, o documento de fundação dos Estados Unidos da América proclamou a vida, a liberdade e a busca da felicidade como direitos naturais inalienáveis.

texto HERBERT CARVALHO

O reconhecimento da Independência pela Inglaterra ocorreu apenas em 1783, após vitoriosa guerra revolucionária conduzida por George Washington, primeiro presidente do país, cuja Constituição foi aprovada em 1787 — a mais antiga do mundo, em vigor até hoje, com emendas.

Com 2,5 milhões de habitantes (dentre os quais 500 mil eram escravizados), a primeira república das Américas surgiu proclamando seu Destino Manifesto de “povo escolhido por Deus para liderar o mundo”. Em consequência, durante o século seguinte, seu tamanho aumentou sete vezes, até chegar ao Oceano Pacífico, dizimando os povos originários (de 12 milhões de pessoas em 1600, para 250 mil em 1900) na “Marcha para o Oeste” e apropriando-se pela guerra, em 1848, de metade do território do México.

Após a sangrenta Guerra Civil (1861–1865), que causou a morte de 700 mil soldados, cerca de 2% da população da época, o consequente fim da escravidão unificou o mercado, promoveu o trabalho assalariado e aumentou a imigração, impulsionando a produção industrial em massa, apoiada também nas inovações e na abundância de matérias-primas e recursos energéticos.

DEPOIS DA CONSOLIDAÇÃO, A EXPANSÃO

Ao fim do século 19, os Estados Unidos já tinham uma Marinha em pé de igualdade com as da Grã-Bretanha e da Alemanha, mas eram recém-chegados ao banquete das potências imperiais, as quais anexaram em territórios, entre 1872 e 1914, o equivalente a duas vezes e meia a superfície da Europa.

Após uma guerra de apenas três meses contra a Espanha, em 1898, apossaram-se de

Porto Rico e das Filipinas e, no mesmo ano, subjugaram o arquipélago do Havai em detrimento dos nativos, além de estabelecerem bases navais nas ilhas de Cuba e de Guam, conquistas que se somaram à compra do Alaska da Rússia, que aconteceu em 1867.

Se, por um lado, as grandes empresas estadunidenses estimulavam o que ficou conhecido como “diplomacia da canhoneira”, para forçar o acesso a novos mercados, por outro, intelectuais e vastos setores sociais criaram, em 1898, a Liga Anti-Imperialista, que afirmava que “A subjugação de qualquer povo é ‘agressão criminosa’ e deslealdade aberta aos princípios distintivos de nosso governo”. O escritor norte-americano Mark Twain acrescentava: “Oponho-me a deixar que a Águia [*símbolo dos Estados Unidos*] ponha suas garras sobre qualquer outra terra”.

O Destino Manifesto, porém, seguiu adiante. A partir de 1901, o presidente Theodore Roosevelt resumiu numa frase a Política do Big Stick (“Fale manso e carregue um porrete”). Essa era sua receita para fazer valer a Doutrina Monroe, de 1823, segundo a qual a América Latina não passaria de um “quintal” norte-americano, conceito em vigor ainda em 2025, de acordo com o secretário de Guerra do governo de Donald Trump, Pete Hegseth, ao se indignar com a influência da China no Hemisfério Ocidental.

Do desmembramento do Panamá, território arrancado da Colômbia, em 1903, para a construção do interoceânico Canal do Panamá, até a captura do presidente da Venezuela, Nicolás Maduro, em janeiro deste ano, os países considerados “Repúblicas das Bananas” sofreram incontáveis invasões militares dos Estados Unidos, alternadas com golpes articulados pela Agência Central de Inteligência (CIA, por sua sigla em inglês) para a remoção de governos indesejáveis.

Com as potências europeias devastadas após a Primeira Guerra Mundial, Nova York tomou o lugar de Londres como centro da economia mundial, até que a quebra da Bolsa de Valores de Wall Street, em 1929, arrastasse o capitalismo sem freios para a Grande Depressão. Apenas dez anos depois, às vésperas da Segunda Guerra, as encomendas bélicas per-

mitiriam que os Estados Unidos restaurassem o vigor de sua produção industrial.

Após encerrar sua participação na Segunda Guerra, em 1945, com o lançamento de duas bombas atômicas sobre o Japão, Washington substituiu, no pós-guerra, os impérios coloniais em frangalhos pelo poder do dólar e de suas bases militares espalhadas por todos os continentes. Durante a Guerra Fria, forçou uma corrida armamentista com a União Soviética que levou ao fim dos regimes socialistas na Europa e à completa hegemonia unipolar estadunidense no mundo que adentrou o século 21.

Ao contrário do “fim da história” que se chegou a proclamar, porém, a globalização econômica levou à ascensão de polos regionais liderados pela China e que resultariam na formação do bloco econômico Brics, formado por países emergentes, reconfigurando a geopolítica planetária.

RELAÇÕES BRASILEIRAS

Com o Brasil, os Estados Unidos mantêm uma relação bicentenária e, na passagem do século 19 para o 20, tornaram-se o principal destino de nossas exportações de café e de borracha. Durante a Era Vargas, entre os anos 1930 e 1950, sucederam a Inglaterra como força dominante, desde a Independência, no cenário financeiro brasileiro.

Dos anos 1920 aos dias de hoje, o estilo de vida estadunidense — baseado no automóvel, nos eletrodomésticos e nas redes de *fast food* — disseminou-se por meio do cinema, do rádio e da televisão. Às dominações econômica e cultural, seguiu-se a ingerência política. Além de patrocinarem o golpe civil-militar de 1964, moldaram as políticas neoliberais adotadas após a redemocratização com os cânones do chamado Consenso de Washington, pacote de medidas austeras adotado pelo Fundo Monetário Mundial (FMI) e pelo Banco Mundial para conter a crise da dívida externa da América Latina.

No século 21, contudo, o advento da China como principal parceiro comercial do Brasil, aliado ao fato de que o gigante asiático já supera os Estados Unidos em diversos campos, desencadeou reações que chegaram ao “tarifaço” aplicado no ano passado por Trump.

A guerra comercial, as ameaças, até contra aliados europeus, e o ataque ao Irã afastam ainda mais os Estados Unidos dos ideais de civilização proclamados há 250 anos, assim resumidos por um de seus mais notáveis presidentes, John F. Kennedy: “Em última análise, nosso vínculo comum mais básico é que todos habitamos este pequeno planeta. Respiramos o mesmo ar. Todos cuidamos do futuro dos nossos filhos. E todos somos mortais”.

&







a culpa é da ciência

E podemos provar com evidências científicas.

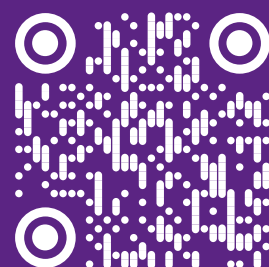
A Culpa é da Ciência é uma newsletter que compartilha notícias frescas, além de bastidores e reflexões sobre a ciência brasileira com foco nas pesquisas disseminadas pela Bori que pautaram a imprensa. Também mostramos as engrenagens que movem a construção de conhecimento científico e como ele se conecta com nossa vida prática.

Com um tom leve e direto, trazemos um olhar aguçado sobre a produção científica nacional e grandes questões que as permiam, da política científica à economia.

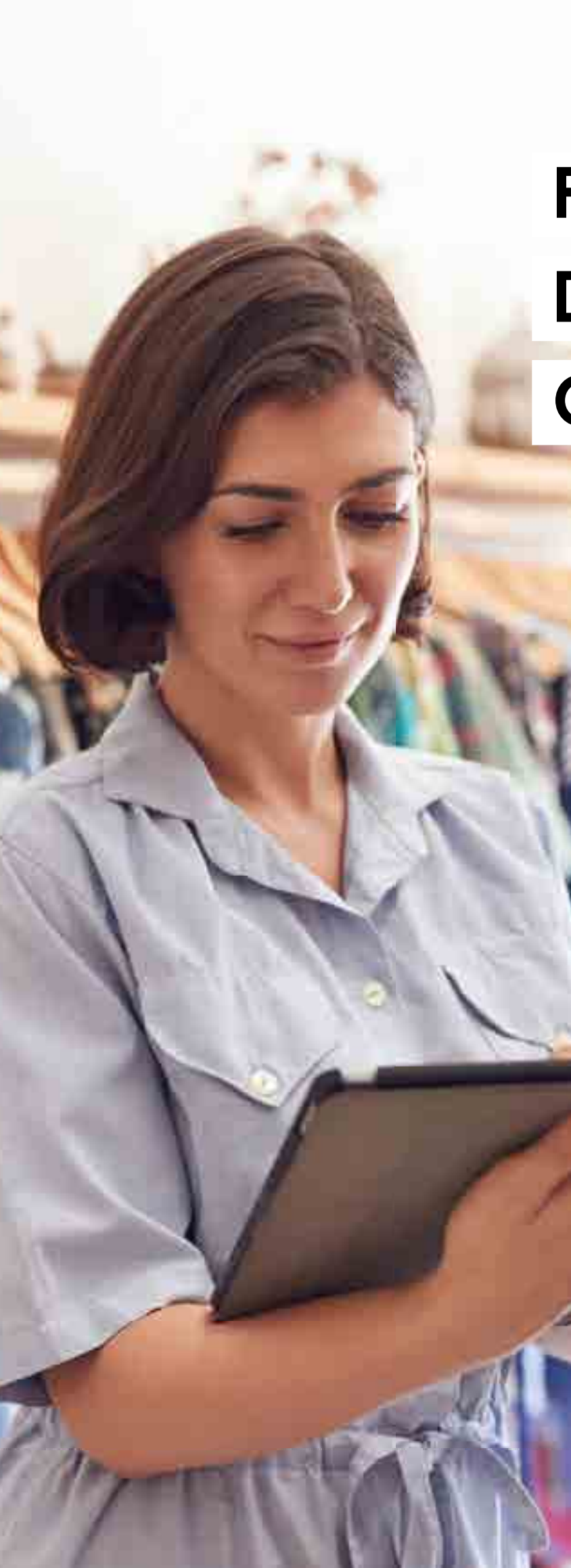


bori
soluções para um conhecimento
científico acessível

A "Culpa" é
sua também.
Assine e receba
gratuitamente
no seu e-mail:



aculpaedaciencia.abori.com.br



FAZEMOS PARTE DO BRASIL QUE QUER MAIS.

Todos os dias, trabalhamos pelo sucesso do empreendedor e do País.

Nos mobilizamos pela prosperidade da economia e das pessoas.

Promovemos o bem-estar social, a educação, a capacitação, a empregabilidade e a cultura — com o Sesc e o Senac.

Incentivamos a inovação, a modernização, a governança e o desenvolvimento sustentável.

Defendemos a ética, a transparência e um Estado mais ágil e eficiente.

Acreditamos na capacidade infinita do brasileiro de criar e fazer um país melhor para todos.

**ACESSE FECOMERCIO.COM.BR
E SAIBA MAIS.**